



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 102

TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1989

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### TERMO DE POSSE DO SENHOR DOUTOR WANDERLEY VALLIM DA SILVA NO CARGO DE VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Às quinze horas do dia vinte e um de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e nove, perante o Senado Federal, reunido em sessão pública no plenário da Casa, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compareceu o Senhor Doutor Wanderley Vallim da Silva, o qual foi solenemente empossado no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação aprovada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1989. — *Nelson Carneiro* — *Wanderley Vallim da Silva* — *Pompeu de Sousa*.

## SUMÁRIO

### 1 — ATA DA 114ª SESSÃO, EM 21 DE AGOSTO DE 1989

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Requerimento

— Nº 423/89, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitando ao Poder Executivo informações que menciona.

##### 1.2.2 — Ofícios

— Nº 8/89, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 81/88, que dispõe sobre a aplicação de recursos do

Fundo de Investimentos da Amazônia—Finam, e dá outras providências.

— Nº 9/89, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 30/89, que dispõe sobre a gratificação natalina do aposentado e pensionista, e dá outras providências.

##### 1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Prazo de 72 horas para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 81/88 e 30/89, sejam apreciados pelo Plenário.

##### 1.2.4 — Discursos do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Esclarecimentos prestados pelo Ministro João Alves, sobre desmatamento irregular que estaria sendo promovido por S. Exª, no oeste do Estado da Bahia.

**SENADOR EDISON LOBÃO** — Artigo do jornalista Roberto Marinho, publicado no jornal *O Globo* sob o título *A verdade sobre a crise*.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Instalação do XXI Congresso Brasileiro de Agentes de Viagem, em Fortaleza — CE.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Situação econômica da Petrobrás.

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÔRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA**  
Diretor Administrativo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Industrial  
**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso ..... NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

**1.2.5 — Comunicação da Presidência**

— Presença na Casa do Sr. Wanderley Vallim da Silva, Vice-Governador do Distrito Federal, que deverá ser empossado nesta oportunidade.

**1.2.6 — Termo de posse do Sr. Wanderley Vallim da Silva no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal.**

**1.3 — ORDEM DO DIA**

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Srs. Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, *Prosseguimento da discussão* (3ª sessão ordinária)

Projeto de Lei da Câmara nº 228, de 1984 (nº 1.759/79, na Casa de origem), que altera a redação do art. 469 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Declarado prejudicado.* Ao Arquivo.

Projeto de Lei da Câmara nº 230, de 1984 (nº 1.822/79, na Casa de origem),

que altera a redação do inciso VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Declarado prejudicado.* Ao Arquivo.

Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1984 (nº 2.045/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do art. 54 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984. *Declarado prejudicado.* Ao Arquivo.

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a utilização de robôs nas atividades industriais insalubres. *Declarado prejudicado.* Ao Arquivo.

**1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia**

**SENADOR MARCONDES GADIELHA** — Editorial publicado no jornal *O Globo*, de hoje, sob o título *O julgamento de Sarney*.

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Importância da conclusão da BR-30. Retificando críticas feitas por S. Exª, em sessão anterior, ao Ministro João Alves, sobre des-

matamento no Estado da Bahia. Comentários sobre tópicos do discurso do Senador Marcondes Gadelha, feito na presente sessão.

**1.3.3 — Comunicação da Presidência**

— Deferimento do Requerimento nº 422/89, lido em sessão anterior, de autoria do Senador Enéas Faria, solicitando licença por 124 dias.

**1.3.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**

**1.4 — ENCERRAMENTO**

**2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

— Do Sr. Senador Pompeu de Sousa, proferido na sessão de 17-8-89.

**3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

— Nº 205 a 212, de 1989

**4 — MESA DIRETORA**

**5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

**6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

## Ata da 114ª Sessão, em 21 de agosto de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Pompeu de Sousa

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Leopoldo Peres — Odacir Soares — Carlos Patrocínio — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — José Agripino — Marcondes Gadelha — Raimundo Lira — Mansueto de Lavor — Lourival Baptista — Severo Gomes — Pompeu de Sousa — Rachid Saldanha Derzi.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o compareci-

mento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do requerimento.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 423, DE 1989**

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, Ministério da Previdência e Assistência Social, através do

Exmº Sr. Ministro Chefe do Gabinete Civil, as seguintes informações:

1 — Quais os valores liberados a cada mês para a Prefeitura Municipal de São Paulo pelo Inamps/SUDS, no exercício de 1989, referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho;

2 — Quais os valores que deveriam ter sido pagos a cada um desses meses;

3 — Quais os atrasos verificados na liberação desses recursos e qual a razão dos mesmos;

4 — Qual o valor ainda devido.

# **Justificação**

A Prefeitura Municipal de São Paulo tem encontrado enormes dificuldades para recebimento dos recursos destinados à saúde.

Segundo informações do Secretário, somente o valor em atraso, devido pelo Inamps/SUDS no período janeiro/maio já monta a NCz\$ 56.842.131,63.

É necessário que o Poder Executivo informe esta Casa sobre os valores e as razões do atraso. — Senador *Fernando Henrique Cardoso*.

(À Comissão Diretora.)

## **O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— O requerimento lido vai ao exame da Mesa. Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

Of. nº 8/89

Brasília, 16 de agosto de 1989.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do artigo 91 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 18, de 1989, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou o PLS nº 81/88 que "dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia-Finam, e dá outras providências", na reunião de 28-6-89, por 12 votos favoráveis.

Na oportunidade, renovo a V. Exª meus protestos de elevada estima e consideração. — Senador *Raimundo Lira*, Presidente.

Of. nº 9/89

Brasília, 16 de agosto de 1989.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do artigo 91 do Regimento Interno, com a redação pela Resolução nº 18, de 1989, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou o PLS nº 30 de 1989 que "dispõe sobre a gratificação natalina do aposentado e pensionista, e dá outras providências", nos termos do Substitutivo do Relator, Senador *Maurício Corrêa*, na reunião de 28-6-89, por 12 votos favoráveis.

Na oportunidade, renovo a V. Exª meus protestos de elevada estima e consideração. — Senador *Raimundo Lira*, Presidente.

## **O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— Com referência ao expediente que acaba de ser lido a Presidência comunica ao plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 6º, do Regimento Interno, depois de publicada a decisão da Comissão no *Diário do Congresso Nacional*, abrir-se-á o prazo de 72 horas para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nº 81, de 1988, e 30, de 1989, sejam apreciados pelo plenário. Esgotado esse prazo sem a interposição de recurso os projetos serão remetidos à Câmara dos Deputados.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador *Lou-  
rival Baptista*.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o jornal *A Tarde*, da Bahia, em sua edição da última quinta-feira, 17 de agosto, publica matéria intitulada: "Ministro é acusado de desmatamento no Oeste", que passo a ler:

O Ministro do Interior e do Meio Ambiente, João Alves, proprietário de uma vasta área nas proximidades da Bacia do Rio Corrente, no oeste da Bahia, estaria promovendo desmatamento de uma extensão de um quilômetro ao longo da margem do rio, o que vem sendo alvo de inconformidade de vários posseiros. Para informar sobre o fato, esteve, na Redação de *A Tarde*, o representante do SOS da Bacia do Rio Corrente, Aloísio Cardoso, responsável por um movimento em defesa do meio ambiente.

O rio Corrente tem mais de 100 metros de largura e, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, devem ser preservados pelo menos 150 metros de sua margem, mas isto não vem acontecendo, sendo que o principal infrator, segundo alegou Aloísio, é o próprio Ministro do Interior, João Alves. Disse Aloísio que o Estado está criando uma unidade de proteção ambiental no Complexo Caverna do Padre (maior caverna da América do Sul) e as terras pertencentes ao Ministro incluem aquela área.

Lamentou Aloísio Cardoso que os inúmeros projetos do mesmo porte, financiados pelos bancos oficiais, não sofrem nenhum tipo de acompanhamento ou fiscalização, nem mesmo por parte dos seus empreendedores, o que facilita a ação dos depredadores. Até o Banco do Brasil, conforme afirmou o representante da SOS da Bahia do Rio Corrente, vem respeitando a legislação vigente.

O representante da SOS da Bacia do Rio Corrente enviou ofícios contendo um abaixo-assinado com 168 assinaturas de associados da entidade, denunciando o desmatamento irregular, dirigidos aos Secretários de Irrigação, Euclides Neto, e da Agricultura, Reinaldo Braga, ao CRA e a outras entidades envolvidas na questão, assim como ao Presidente da República, através da Procuradoria do Meio Ambiente, em Brasília.

O assunto repercutiu no Plenário desta Casa, na sexta-feira, dia 18 do corrente, através da palavra do eminente Senador *Jutahy Magalhães*, que representa o Estado da Bahia, ocasião em que me encontrava ausente do plenário, conforme publicado no *Correio Braziliense*, de sábado, dia 19 do corrente, que passo a ler:

## **MINISTRO ACUSADO DE DESMATAR**

O Senador *Jutahy Magalhães* (PMDB-BA) criticou ontem o Ministro do Interior e Meio Ambiente, João Alves, por estar promovendo o desmatamento de sua fa-

zenda localizada às margens do rio Corrente, no oeste da Bahia. Lembrou *Jutahy* que existe uma legislação condenando a devastação e que cabe ao Ibama, órgão do Ministério do Interior, fiscalizá-la.

No próprio dia 18 do corrente, sexta-feira, em que falou o ilustre representante da Bahia, o mesmo jornal *A Tarde* já publicava nota de esclarecimento do Ministro do Interior, João Alves Filho, sobre o assunto, que passo a ler:

## **MINISTRO ESCLARECE DESMATAMENTO DE ÁREA**

Em edição recente, publicamos informação trazida a este jornal por um representante da "SOS Rio Corrente", no sentido de que em terras da propriedade do ex-Governador de Sergipe, João Alves Filho, atual Ministro do Interior, estaria sendo desrespeitado o Código Florestal, em razão dos trabalhos de desmatamento de determinada área. Sobre o assunto, recebemos, ontem, do Ministro João Alves, telex contestando a informação. Afirma o Ministro que é principal acionista da empresa que executa o referido serviço, que não só a limpeza do terreno está sendo efetuada bastante mais afastada do rio que a faixa de impedimento legal, assim como o desmatamento está sendo feito abaixo do percentual mínimo determinado pela lei.

## **MINISTRO CONTESTA**

O telex do Ministro à *A Tarde* tem o seguinte teor:

"Tenho a honra de dirigir-me ao ilustre jornalista, para referir-me à matéria publicada neste conceituado jornal, na edição de 17-8-89, sob o título "Ministro é acusado de desmatamento no Oeste". Com relação ao assunto, cabe-me, em respeito à credibilidade do jornal *A Tarde*, que tem prestado relevantes serviços à opinião pública, sob a direção profissional e competente de V. Sª, prestar os seguintes esclarecimentos:

1. A Habitacional Construções S/A, empresa da qual sou acionista, possui, às margens do rio Corrente, uma propriedade com área total de 1.500 ha.

2. Os trabalhos de instalação de 1 (um) pivô central de irrigação destinado a uma área de 90ha, estão abrangendo uma área de apenas 130ha, a uma distância de 450 metros da margem do rio correntes, três vezes, portanto, a distância regulamentar de 150 metros.

3. Face ao exposto, não procede a informação do denunciante, uma vez que não está havendo descumprimento do Código Florestal Brasileiro ou das normas que regem a preservação do meio ambiente, seja quanto à distância mínima das margens do rio Corrente, seja com referência ao percentual máximo ocupado, no caso em tomo de 10%.

4. Não é minha intenção polemizar a questão, posto que entendo a justa posição do representante da SOS da Bacia do Rio Corrente, em defesa do meio ambiente, mas, por todos os aspectos supracitados, suponho ter havido um equívoco por parte do denunciante, que possivelmente confundiu a área da empresa habitacional, referida na acusação, com outra propriedade da região.

5. Considerando que minha vida pública tem sido pautada pelo respeito à lei e ao direito constituído, solicito a V. Sª que publique os esclarecimentos prestados, colocando-me à disposição para quaisquer outras informações, inclusive constatação, *in loco*, dos fatos reais.

6. Finalmente, solicito ao eminente jornalista, face à gravidade da matéria, que fosse dado o mesmo destaque ocupado pela denúncia, para que o assunto fique devidamente esclarecido."

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, acredito que a denúncia formulada pela "SOS Rio Corrente" fica devidamente esclarecida e o que está sendo feito, em áreas próximas daquele rio, vem obedecendo rigorosamente aos pré-requisitos e aos limites legais, visando à preservação do meio ambiente, respeitando o Código Florestal Brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, há, em nosso País numerosas correntes de opinião cujos representantes se sentem felizes por conviver com modismos. De algum tempo para cá, tem sido moda acusar o Dr. Roberto Marinho, Presidente das Organizações O Globo, de muitas coisas que acontecem em nosso País.

Mais recentemente, atribui-se a S. Sª a intenção de estabelecer a Administração Federal, indicando, ele próprio, nomes para o mais alto escalão do Governo Federal. Mencionou-se o caso da economia, isto é, estaria o Dr. Roberto Marinho decidido a ter uma interferência no setor econômico indicando um nome para o cargo de superministro da Economia. Agora, Sr. Presidente, vem a público o Dr. Roberto Marinho, num artigo que assina e publica, na primeira página de seu jornal *O Globo* de ontem, para desmistificar e desfazer essas invenções.

#### A VERDADE SOBRE A CRISE

*Roberto Marinho*

Em poucos dias, evidenciou-se com toda clareza que ao registrar o fracasso do Plano Verão reconhecido formalmente pelo próprio Governo, lamentando que após a inflação de 1.000% em 1988 encontramos-nos na perspectiva de uma inflação de 1.200% no presente exercício, *O Globo* jamais se preocupou, conforme

deixamos explícito em sucessivos editoriais, "em manter ou substituir auxiliares do Presidente".

Assinalamos que "imaginar que figuras idôneas pudessem ambicionar assumir a responsabilidade dessa situação do epílogo do Governo", no prazo de atuação que se vai praticamente encerrar dentro de 12 semanas, seria "falta do mais elementar bom senso e somente concebível por quem temesse "eventuais óbices a operações financeiras de última hora".

Basta recordar que, já em nosso editorial de 25 de junho, advertíamos expressamente que a idéia de se indicar pelo Congresso um superministro extraordinário para dar execução a um programa econômico nos últimos meses da administração constitui um preocupante sintoma de alienação". E recomendávamos "aos auxiliares diretos do Presidente" que assumam a tarefa de firmar uma ponte com os congressistas".

Lamentavelmente, assessores "informais" de imprensa, a serviço de interesses na estabilidade do Ministério ameaçada por notória divergência entre seus membros, difundiram versões dos fatos atribuindo-nos pressões que, paulatinamente como era de se prever, foram desmentidas por carta pública do Presidente Sarney, comunicado oficial do gabinete Ministro do Exército e entrevistas de todos os políticos e parlamentares citados.

Por outro lado, consideramos também explicáveis pelos interesses financeiros e comerciais que representam, as manifestações de banqueiros, como o Sr. John Reed, empresários como o Sr. Mário Amato e organizações que ora negociam seus débitos com estabelecimentos oficiais de crédito e que, pressurosamente, vieram trazer seu apoio à equipe burocrática que vem conduzindo a política econômica do País.

Com esta referência, estamos simplesmente reiterando a nossa tradição de fidelidade aos fatos sem desviarmos para responder a invenções.

Neste momento, o que nos importa e, acima de tudo, o que constitui interesse público é que tenha êxito o plano de correção de rumos anunciados pelo Presidente Sarney, mediante "adoção de novas medidas econômicas para cumprir o programa anti-inflação apresentado pelo Congresso Nacional".

Antes da passagem para o próximo Governo, impõe-se examinar que providências podem ainda ser adotadas para evitar que se agrave a degradação dos serviços públicos essenciais, a deterioração da infraestrutura de energia, transportes e comunicações, e as condições que obrigam a iniciativa privada a se desviar para uma "economia informal" em dimensões jamais atingidas.

Terá também de ser reexaminado o tratamento dado à rolagem da dívida in-

terna que colocou a poupança e o capital de giro das empresas sob o risco de uma moratória, induzindo entidades representativas das finanças da indústria e do comércio a sugerir projetos de lei tendentes a restaurar a credibilidade dos títulos públicos.

Quanto as negociações da dívida externa que atenderam às exigências formuladas pelos bancos credores, sem aliviar a situação do País, dando margem a operações de "conversão informal" que atingiram o montante de vários bilhões de dólares e afinal nos conduziram a um retorno às atuais condições de moratória, há também que se proceder a uma urgente revisão de diretrizes.

Reiteramos o imperativo de que essa reforma na linha de ação administrativa não se encerre no âmbito da burocracia governamental, mas se realize através de um diálogo transparente com o Congresso, os Governos estaduais e com a sociedade.

É o que determina a Constituição e a gravidade da crise torna inadiável.

Sr. Presidente, fica assim demonstrado que em nenhum momento o Sr. Roberto Marinho tentou dirigir a política econômica ou qualquer parte da administração deste País.

O que se fez naquela ocasião foi apenas atribuir ao Diretor do Jornal *O Globo* e da *Rede Globo de Televisão* aquilo que de um tempo para cá vem sendo feito com muita frequência, ou seja, de tudo quanto ocorre neste País, de bom ou de mal, atribui-se ao Sr. Roberto Marinho. É uma forma de escapismo de responsabilidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores, deverá instalar-se, amanhã, em Fortaleza, o XXI Congresso Brasileiro de Agentes de Viagem, com a participação de seis mil profissionais da categoria, dispostos a discutir temas que interessam de perto ao desenvolvimento turístico do País.

Presidirá a Solenidade de abertura do magno conclave o Deputado Roberto Cardoso Alves Titular do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, que proferirá discurso alusivo ao evento, definindo as metas do Governo Federal para cumprimento na área do turismo interno.

Por sua vez, o presidente da Abav local, empresário Fram Arruda dará as boas-vindas aos seus Colegas de outras Unidades Federativas, alertando-os, obviamente, para a nova realidade urbanística de que se favorece a nossa Capital, agora com feição ainda mais atraente, graças à profícua atuação do Prefeito Ciro Gomes, a quem se deve a limpeza da cidade e a pavimentação asfáltica de suas principais

artérias, danificadas em razão de dificuldades enfrentadas por passadas administrações.

Tendo saneado as finanças da Municipalidade, o Jovem Prefeito dedicou-se, com obstinações e espírito público, à realização de investimentos prioritários, beneficiando não apenas a orla marítima e o centro da cidade, mas igualmente as áreas periféricas — estas atendidas em suas reivindicações no setor de saneamento, drenagem, abertura de ruas, além de reaparelhamento de unidades educacionais e postos de saúde.

Graças ao empenho do Chefe da Edilidade, a capital cearense readquiriu o prestígio de metrópole progressista, escolhida, agora, para sediar o Congresso Nacional dos Agentes de Viagem.

**O Sr. Afonso Sancho** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Concedo um aparte ao nobre Senador Afonso Sancho.

**O Sr. Afonso Sancho** — Nobre Senador Mauro Benevides, neste momento V. Ex<sup>a</sup> fala com muita propriedade sobre o seminário que será realizado em Fortaleza, porque, realmente, não pôde ocorrer no ano passado, pela sujeira, pela buraqueira, pelos camelôs, finalmente, pela indecência administrativa da Prefeita do PT, que estava transformando Fortaleza na cidade mais indesejável do Brasil. De forma que são justos os elogios que V. Ex<sup>a</sup> faz ao atual Prefeito. Eu não pertencço ao Partido de S. Ex<sup>a</sup>, mas realmente, o jovem Prefeito Cyro Ferreira Gomes deu outra imagem a Fortaleza e, agora, já pode realizar-se seminário desta estirpe naquela cidade, com a tranquilidade de que os visitantes não voltarão decepcionados. Foi muito oportuno V. Ex<sup>a</sup> trazer ao Plenário desta Casa esse evento. Parabéns-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Afonso Sancho, que realça, neste instante este XXI<sup>o</sup> Congresso dos Agentes de Viagem, que será realizado em Fortaleza, que hoje desponta com uma nova face urbanística, graças, especialmente, ao trabalho obstinado e pertinaz que, nestes oito meses, ali vem realizando o Prefeito Cyro Ferreira Gomes.

Estava eu comprometido, inclusive, a assistir a solenidade de abertura, amanhã, desse magno Conclave, e só não permaneci em Fortaleza exatamente para que tivesse, na tarde de hoje, a oportunidade de presenciar, na condição de Presidente da Comissão do Distrito Federal, a posse do Engenheiro Wanderley Vallin como Vice-Governador de Brasília, S. Ex<sup>a</sup> que foi acolhido por essa Comissão, numa longa sabatina à que se submeteu, e cujo nome recebeu a chancela soberana do Plenário do Senado Federal.

Se não fora esse acontecimento, eminente Senador Afonso Sancho, estaria eu em Fortaleza, amanhã, para participar desse Conclave e levar, com a minha presença, a manifestação de apoio ao que se realiza a nível de administração municipal, e, sobretudo, mostrar aos agentes de viagem de todo o País que Forta-

leza recuperou aquela sua posição privilegiada de pólo turístico nacional.

Sr. Presidente, durante o final de semana, o trajeto entre o Aeroporto Pinto Martins e a faixa litorânea foi engalanado com faixas e outros dísticos promocionais, objetivando sensibilizar os visitantes para uma cidade que retoma a sua posição de destaque como pólo de concentração turística nacional.

O Centro de Convenções, devidamente ampliado, com vastas dependências para a colocação de *stands* e todo um equipamento de comunicação, representado por telex, fax, cabines telefônicas etc. deverá abrigar o comitê em seu plenário e salas especiais de reunião, num apoio logístico que servirá de suporte a outras iniciativas de igual envergadura.

Registrando, na tribuna do Senado, o XXI Congresso de Agentes de Viagem, saúdo os seus seis mil participantes, no instante em que, no Ceará, debatem temas de inquestionável relevância para um maior incremento da "Indústria sem Chaminés" em nosso País.

(Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há dois meses ocupei esta tribuna para denunciar a difícil situação da Companhia Siderúrgica Nacional. Acentuei que as graves dificuldades que a angustiavam, sobre ameaçar a mais importante de nossas usinas, arrastaria consigo, se não fosse dada prioridade à solução de seus problemas, não só a cidade de Volta Redonda, mas todo o sul fluminense, com grave repercussão na economia do Estado do Rio de Janeiro.

Cumpro hoje o dever de juntar minha voz, como cidadão, a quantas, no Congresso e fora dele, têm focalizado a dramática emergência em que se encontra a Petrobrás, justo orgulho do povo brasileiro e instrumento poderoso e insubstituível de nossa emancipação econômica.

Permitirão V. Ex<sup>as</sup> que recorde os laços que me prendem a essa empresa, para cuja constituição contribuí com meu voto, na Câmara dos Deputados. Foi meu Pai, o Professor Souza Carneiro, catedrático de Geologia e Mineralogia da Escola Politécnica da Bahia, o primeiro a analisar o óleo do Lobato e a afirmar, em 1933, que "Deus não punira o Brasil impedindo que no solo Pátrio existisse petróleo". Compreenderão assim V. Ex<sup>as</sup> quanto me punge tomar conhecimento da atmosfera sombria e extremamente preocupante que vive a maior empresa brasileira, padecendo neste momento os desdobramentos de um processo de atrofamento em seus planos de expansão, exaustivamente estudados e projetados, visando à ansiada auto-suficiência na produção petrolífera. Responsável pela incorporação anual de quase dez bilhões de dólares ao Produto Interno Bruto, já perdeu este ano mais de 500 milhões de dólares e, se medidas urgentes

não forem tomadas, a Petrobrás, que jamais necessitou de aporte de capital do Tesouro, pois sempre investiu recursos gerados por suas próprias operações, pode encerrar o ano com perdas superiores a 1 bilhão de dólares.

O equívoco maior da política adotada para o setor está no fato de que, sem esses recursos, o País deixará de produzir o petróleo já descoberto, a cerca de 10 dólares o barril, para realizar importações pelo dobro do preço, onerando ainda mais nossa balança comercial. Pela primeira vez a Petrobrás se vê na contingência de atrasar pagamentos a empreiteiros e fornecedores e pode não pagar pontualmente os *royalties* devidos a Estados e Municípios. A queda de investimentos no setor petróleo, em consequência do efeito cascata, acabará refletindo sobre as empresas fornecedoras de bens e serviços, ameaçando mais de um milhão de empregos existentes no mercado de trabalho.

A Petrobrás teme que o Plano de Ação do Setor Petróleo — PASP, apresentado o ano passado à sociedade brasileira, que lhe asseguraria autonomia energética em combustíveis fósseis para 1997 e a ser executado sem ônus para o Tesouro Nacional, não conte, já neste primeiro ano, com os recursos necessários, pondo em risco não só a desejada auto-suficiência, mas igualmente a liderança mundial em exploração e produção de petróleo em grandes profundidades e os projetos de extração de gás natural atingindo as Regiões Norte e Nordeste do País.

Todos acompanhamos os esforços do Poder Executivo para minorar a situação aflitiva em que se encontra a Petrobrás, pelo que representa para a independência econômica e o prestígio do País. Sentimos, entretanto, que as medidas anunciadas serão insuficientes, se outras a elas não se somarem com o apoio do Congresso e do povo brasileiro. Não nos basta aplaudir a campanha em que ora se empenha a mais poderosa das empresas nacionais. É indispensável dar-lhe a necessária colaboração para que continue instrumento de nosso desenvolvimento e de nosso futuro. Nos primeiros meses do Governo Ronald Reagan, o Congresso americano socorreu a Chrysler. Os Poderes Públicos e a sociedade não podem deixar na orfandade a empresa que, em todo Mundo, representa a capacidade de luta e de trabalho do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Encontra-se na Casa, no Gabinete da Presidência, o Sr. Wanderley Vallin da Silva, vice-Governador do Distrito Federal, que deverá ser empossado nesta oportunidade.

Designo a Comissão formada pelos Srs. Senadores Mauro Benevides, Mansueto de Lavor e Carlos Patrocínio, para introduzir S. Ex<sup>a</sup> em plenário. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada pelo Sr. Presidente, tem ingresso no recinto o Sr. Wanderley Vallin da Silva, que ocupa a cadeira a S. Ex<sup>a</sup> reservada)

*O Sr. Pompeu de Sousa, 3º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— Sobre a mesa, termo de posse que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**TERMO DE POSSE DO SENHOR DOUTOR WANDERLEY VALLIN DA SILVA NO CARGO DE VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL**

Às quinze horas do dia vinte e um de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, perante o Senado Federal, reunido em sessão pública no plenário da Casa, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compareceu o Senhor Doutor Wanderley Vallin da Silva, o qual foi solenemente empossado no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação aprovada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1989

**PROCEDE-SE AO ATO DE ASSINATURA DO TERMO DE POSSE**

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— Declaro empossado como vice-Governador do Distrito Federal, o Sr. Wanderley Vallin da Silva.

Vou suspender a sessão por alguns instantes, a fim de que os presentes possam cumprimentar S. Exª

Está suspensa a sessão.

*(Suspensa às 15 horas e 18 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 23 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— Está reaberta a sessão.

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Carlos De Carli — Áureo Mello — Jarbas Passarinho — João Castelo — Hugo Napoleão — Mauro Benevides — Juthay Magalhães — Gerson Camata — Nelson Carneiro — Mauro Borges — Irapuam Costa Junior — Maurício Corrêa — José Richa — Carlos Chiarelli.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição nº 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Srs. Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art.

14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores do Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, tendo

**PARECER**, sob nº 145, de 1989,

— *Da Comissão Temporária*, favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria, com voto vencido dos Senadores Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa.

Obedecido o disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o terceiro dia para a discussão da proposta e apresentação de emendas.

Discussão da proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, a proposta continuará na Ordem do Dia pelo prazo regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— **Item 2:**

Projeto de Lei da Câmara nº 228, de 1984 (nº 1.759/79, na Casa de origem), que altera a redação do art. 469 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A Presidência, nos termos do art. 334, alínea a, do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 228, de 1984. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário a matéria irá ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— **Item 3:**

Projeto de Lei da Câmara nº 230, de 1984 (nº 1.822/79, na Casa de origem), que altera a redação no inciso VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A Presidência, nos termos do art. 334, alínea a, do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 230, de 1984. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria irá ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— **Item 4:**

Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1984 (nº 2.045/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do art. 54 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984.

A Presidência, nos termos do art. 334, alínea a, do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o

Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1984. (Pausa.)

Não havendo objeção do plenário, a matéria irá ao arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— **Item 5:**

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a utilização de robôs nas atividades industriais insalubres.

A Presidência, nos termos do art. 334, alínea a, do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1988. (Pausa.)

Não havendo objeção do plenário, a matéria irá ao arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro)

— Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

**O SR. MARCONDES GADELHA** (PFL)

— PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos instantes, o eminente Senador Edison Lobão fez um circunstanciado pronunciamento em que prova a intenção do Sr. Roberto Marinho em relação à Administração Pública Federal neste País e nega qualquer tentativa de envolvimento desse empresário e homem público com atos de governo na Administração José Sarney. Fundamentava o nobre Senador Edison Lobão, no seu discurso, com o editorial do jornal *O Globo*, edição de ontem, assinado pelo próprio Sr. Roberto Marinho.

Sr. Presidente, em sequência àquele pronunciamento, chamaria a atenção da Casa para o editorial de hoje do jornal *O Globo*, sob a epígrafe "O Julgamento de Sarney", que corrobora com precisão tudo o que havia sido formulado pelo nobre Senador Edison Lobão em relação ao comportamento tanto do Sr. Roberto Marinho como do grupo empresarial que preside, com relação ao Governo.

Com este título, Sr. Presidente, "O Julgamento de Sarney", o jornal *O Globo* abre uma nova linha analítica que, daqui por diante, certamente haverá de ser secundada por outros órgãos de imprensa neste País. Refiro-me à discussão, já agora, do legado do Presidente José Sarney, antes mesmo de se chegar a um termo da nobre missão que lhe foi cometida pelo Congresso Nacional, pelo povo brasileiro e, de certa forma, também, pelo destino.

Importante, Sr. Presidente, para completar o desmentido cabal sobre interpretações capciosas que foram veiculadas de maneiras diversas. Importante é se observar a maneira absolutamente isenta com que o jornal *O Glo-*

bo se debruça sobre a Administração José Sarney até este momento e analisa as perspectivas até o fim do mandato. Devo dizer que pela primeira vez se faz análise justa, a interpretação correta do papel desempenhado pelo Presidente José Sarney e pelo seu Governo no atual contexto e no quadro geral da história republicana.

O editorial está dividido em duas partes. A primeira se reporta especificamente ao papel político do Presidente José Sarney e da sua gestão. A segunda parte refere-se ao desempenho na área econômica.

No que diz respeito ao papel político de José Sarney, o editorial faz uma discussão minuciosa, detalhada, sobre cada passo, sobre cada item da execução do programa de transição democrática neste País. E se dá a devida importância a este fato, Sr. Presidente — à conquista definitiva das liberdades democráticas; à estabilização do Estado de direito em nosso País; à garantia de uma transição pacífica e da rotatividade do Poder.

Habitualmente, Sr. Presidente, os nossos analistas políticos fazem vista grossa sobre esta componente fundamental da gestão pública neste País, que é a componente política. Dá-se como natural e corrente o fato de termos hoje assegurada a transição democrática. E não se atribui maior importância à discussão e não se procura rememorar cada ponto, cada etapa desse processo, que foi lento, que foi penoso, que foi duro, que foi sofrido, mas que foi sustentado com fibra, com determinação e com imparcialidade pelo Presidente José Sarney.

Habitualmente nos fixamos nos aspectos mais difíceis que compõem a Administração na área econômica e esquecemos que o Brasil havia saído de um regime autoritário de vinte anos, que era um País tateando ainda na penumbra, na incerteza, sem segurança quanto à consistência do processo que estávamos estabelecendo. De fato, tudo era novo, Sr. Presidente. Era preciso estabelecer um bom relacionamento entre os Poderes; era preciso governar por consenso; era preciso ter a audiência da Nação; era preciso respeitar a opinião divergente, situação muito diferente do processo anterior, quando esta Casa funcionava apenas como cartório para a homologação das decisões do Poder Executivo, quando a opinião pública era silenciada, os meios de comunicação arrolhados, a livre manifestação do pensamento simplesmente impedida ou cerceada. Era uma situação extremamente diferente, quando as decisões tomadas pela tecnocracia eram conduzidas de forma *one-way*, de forma unilateral, sem o cotejo com alternativas, sem a comparação com outras propostas, sem a necessária submissão à análise, ao crivo da Nação, pela sua representação política e pela sua consciência, que é a impressão nacional.

**O Sr. Mauro Benevides** — Senador Marcondes Gadelha, V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Ouço o nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Marcondes Gadelha, no editorial objeto do comentário de V. Ex.<sup>a</sup> neste instante, divulgado pelo jornal *O Globo*, há uma referência àquilo que representou o grande momento político institucional brasileiro, em termos de normalização da nossa vida democrática: é a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e a promulgação da Carta Magna em 5 de outubro de 1988, da qual fomos nós, Congressistas, legisladores ordinários, investidos da função constituinte, signatários daquele importante documento que passou a orientar a vida política, econômica e social do País. Diria a V. Ex.<sup>a</sup> que, no instante em que se saúda o Governo do Presidente Sarney através deste editorial, não podíamos, reportando-nos a esses fatos que antecederam ao edital e, sobretudo, aos últimos 30 dias, deixar de ressaltar a iniciativa do Congresso Nacional, através de suas Lideranças mais expressivas, em elaborar um elenco de medidas reputadas indispensáveis ao soerguimento econômico, financeiro e social do País. Então, neste instante em que se registra auspiciosamente esse aspecto da atual Administração Federal, confiada ao Presidente José Sarney, não podemos, de forma alguma, sob pena de não refletirmos a realidade brasileira, omitir aquilo que representou uma colaboração indispensável a que o Governo se encorajasse a adotar essa postura e enviar todas essas medidas que começam a ingressar no Congresso Nacional para nossa apreciação. Portanto, nobre Senador Marcondes Gadelha, não queria desperdiçar a oportunidade de projetar o próprio Congresso, neste momento em que se examina a conjuntura política nacional, com enfoque particularizado pelo editorialista em relação à Administração do Presidente Sarney.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Mauro Benevides. V. Ex.<sup>a</sup> se antecipa, de certa forma, ao objetivo do pronunciamento que faço neste momento, quando procura mostrar que atualmente existe uma perfeita sintonia entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional. Hoje temos um trabalho a duas mãos. O Legislativo propõe, o Governo dispõe, o Legislativo envia um elenco de medidas e o Governo faz um arrazoado a respeito de matérias que já estão em andamento, incluídas naquele documento, de outras que se propõem a pôr em execução com a ajuda do Congresso Nacional e outras a que, afinal de contas, não pode dar curso por limitações de ordem constitucional.

Este é o estilo brasileiro definitivamente implantado na vida pública deste País. É esta harmonia, é esta discussão serena, lúcida, que contribui para que venhamos não só consolidar o sistema democrático neste País, mas lançar as bases para a retomada do crescimento econômico.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o apoio, a ajuda que dá com essa lúcida interpretação das relações entre o Congresso e o Poder Executivo.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o editorialista tem a honestidade de fazer menção à situação

anteriormente vivida pelo País e da qual saímos. Abre-se o editorial com uma pergunta:

"Em que condições encontrava-se o País quando Sarney assumiu o Governo e como vai transmiti-lo ao sucessor?"

Para dizer, em seguida:

"O Brasil saía de um regime em que reuniões cívicas despertavam suspeitas policiais, em que se considerava qualquer manifestação de trabalhadores como agitação, em que se denunciava subversão nas letras de canções, no enredo de tele-novelas, na pregação dos Evangelhos. Um País martirizado, de um lado, por cassações, exílios, obscuras práticas de tortura, e de outro, por tentativas de sabotagem, de terrorismo, de guerrilhas. Dividido entre civis e militares; e até no âmbito das Forças Armadas, entre a área de informações e dos quartéis."

Numa situação como essa, Sr. Presidente, era de se esperar que tivéssemos uma transição traumática, cheia de percalços, de retrocessos, como alguns vizinhos nossos sofreram e os exemplos não são muito distantes, Sr. Presidente. No entanto, o espírito de tolerância deste Presidente que aí se encontra fez com que se mantivesse a coesão social interna do País, malgrado tivesse que enfrentar mais de oito mil greves, sem jamais ter exercitado o uso da força. Em que pese ter enfrentado um sem-número de processos eleitorais, onde o jogo de paixões se desencadeia também sobre a Administração Pública; em que pese ter enfrentado dificuldades econômicas, por pressões internas e externas, apesar de tudo isso, o Presidente se manteve à altura da dignidade do seu posto e do seu mandamento constitucional, à altura da Constituição que jurou, e conseguiu preservar toda a inteireza desse lastro sócio-cultural do Brasil, que é a cordialidade, a tolerância, o espírito de conciliação. O embora todas as correntes políticas e ideológicas passassem a ter expressão dentro e fora do Congresso, embora o entreccho de opiniões tivesse sido o mais intenso e o mais candente de todos os tempos neste País, nunca a serenidade lhe faltou e nunca as instituições vieram a sofrer qualquer ameaça, em função da intensidade dos debates e dos pleitos colocados pelas diversas correntes de opiniões neste País.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Só um instante, nobre Senador Mansueto de Lavor.

Sr. Presidente, o editorialista tem o cuidado de dizer que tudo isso não foi obra do acaso. Nós criamos o vezo de dizer que as conquistas sociais, políticas são sempre fruto de forças iminentes à própria evolução social.

A nossa interpretação higeliana da História sempre nos induz a pensar que não há um fio condutor de um processo, que não há uma responsabilidade para além das ações da pró-



pria sociedade, e que ora o acaso, ora as forças sociais naturais respondem pela estabilização, respondem pela preservação de conquistas porventura auferidas.

Sr. Presidente, *O Globo* faz justiça em dizer que não é obra do acaso essa instabilidade, mas aí está a posição, o papel, o dedo do Presidente José Sarney, sempre mantendo um equilíbrio em meio à tempestade que estava neste momento acabando de atravessar.

Ouço o nobre Senador Mansueto de Lavor.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Eminentíssimo Senador Marcondes Gadelha, V. Ex<sup>a</sup>, calcado em um editorial do jornal *O Globo*, edição de hoje, focaliza o papel do Presidente José Sarney nesta etapa da transição democrática. Louvo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, pelo brilhantismo das colocações, mas ousou discordar do tema fundamental, tanto do editorial como do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, tendo em vista aquele ponto já levantado anteriormente pelo Senador Mauro Benevides, que me antecedeu no aparte a V. Ex<sup>a</sup>. A transição democrática, sobretudo essa transição brasileira, longa, difícil, mas sempre uma transição, já com conquistas palpáveis no terreno político e das liberdades individuais e sociais não foi fruto da atuação individual de quem quer que seja, seja do Presidente da República, seja de alguém investido deste ou daquele mandato eletivo; ela foi, realmente, uma conquista do povo, através dos seus segmentos mais representativos. Destaque-se, sobretudo, o papel do Congresso Nacional, e de todas as forças políticas. Destaque-se a função dos partidos políticos brasileiros, que tiveram um papel importante, e numa fase em que precisava consolidar e concretizar a aspiração geral do povo brasileiro por democracia, contra o autoritarismo. Foi preciso que o maior partido da Oposição de então, o PMDB, se unisse a uma facção do partido do Governo, que era naquele momento dissidente, formando-se o PFL, e então se criou a transição democrática, que deu sustentação à fase inicial do Governo Tancredo Neves, que tinha como vice-Presidente José Sarney. V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem: entre uma das causas que colocou Sarney foi o destino, uma das artimanhas do destino. Era preciso, então, dizer que o Presidente José Sarney, na realidade, nessa linha de raciocínio, isto é, esse fio da meada à que se refere V. Ex<sup>a</sup>, nesse processo histórico social dos povos, em busca do seu bem-estar, do seu aperfeiçoamento, que não é só material, é sobretudo um bem-estar espiritual e político, no sentido das liberdades — não é preciso somente pão para o povo, é preciso também liberdade para o povo — então, nesse sentido, neste fio linear jamais poderia ser tecido o do Presidente José Sarney ou do político José Sarney porque, pouco antes de ser Presidente da República, pelas circunstâncias que todos sabemos, o então Senador José Sarney era Presidente do partido que dava sustentação ao Governo autoritário.

Não é Sua Excelência, portanto — e não é o caso de aqui lembrar ou voltar à tona,

aqueles episódios — mas sabemos que realmente Sua Excelência não pode ser o fio condutor desse processo, porque, esse processo começou muito antes de o Presidente José Sarney assumir a Presidência da República. Credite-se mais do que ao Presidente José Sarney ao Congresso Nacional, este, sim, legítimo representante do povo brasileiro; credite-se às forças sociais e políticas do País, às organizações civis, como a OAB, a CNBB, os sindicatos; credite-se aos partidos políticos, ao PFL, a que pertence V. Ex<sup>a</sup>, que ousou discordar, formando uma dissidência, uma aliança e um novo partido político, para não continuar apoiando o regime autoritário do passado que a sociedade queria enterrar. Credite-se ao PMDB, credite-se a Ulysses Guimarães, que é hoje o grande sacrificado por causa da transição democrática. Pessoalmente, aqui vai o depoimento, só para não me alongar no aparte que V. Ex<sup>a</sup> teve a generosidade de me conceder.

Uma vez fui reclamar: "Mas, Dr. Ulysses, cada vez que V. Ex<sup>a</sup> aparece ao lado de José Sarney, interferindo no Governo José Sarney, V. Ex<sup>a</sup> perde 5 ou 10 pontos no IBOP." E S. Ex<sup>a</sup> respondeu: "Eu sei disso, mas não estou apoiando o Presidente José Sarney; estou apoiando a transição democrática, que é fundamental; precisamos sustentar o Presidente e o seu Governo, porque é essencial para essa transição democrática." Sendo assim, eminentíssimo Senador Marcondes Gadelha, aplaudo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, porque coerente como Líder do Governo nesta Casa, mas, mesmo tempo, para registro nos Anais, devo dizer, que o Presidente José Sarney não pode obter o maior crédito nessa tarefa e nessas conquistas alcançadas até então. Concorro com o editorial e com V. Ex<sup>a</sup>, de que fizemos avanços, houve progresso. Apesar da crise econômica, do caos social, temos conquistas que são mais importantes do que meras conquistas materiais; são as liberdades; a liberdade de imprensa é uma delas; a liberdade política, também, fundamentalmente; as eleições livres, como estamos verificando agora e como vimos no ano passado nas eleições de prefeito e governador. São conquistas, mas essas conquistas não podem ser atribuídas ao Governo José Sarney. Ao contrário, em momentos decisivos de avanços dessas conquistas e dessas etapas fundamentais da transição democrática, o Presidente interferiu para fazer com que essas forças parassem, ou V. Ex<sup>a</sup> não se lembra das interferências indebitas do Presidente José Sarney sobre o Poder Constituinte, chegando a tal ponto de acusar o Poder Constituinte de fomentar o caos neste País? Então, nobre Senador, era preciso que se recordassem essas coisas, e o faço até lamentando interromper o brilhante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, para que a História saiba realmente e ela sabe muito bem, mais do que pelo fato de um simples e modesto aparte como este, para que se registrarem que os fatos foram um tanto diferentes do que enfoca o editorial desse con-  
é o jornal *O Globo*, e também de que V. Ex<sup>a</sup>, cumprindo quase um dever de Líder, enfoca, calcado nesse comentário. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

e lamento até em contraditar, em parte, a linha do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — Nobre Senador Mansueto de Lavor, o contraditório é a base da vida parlamentar, e fico feliz com a participação de V. Ex<sup>a</sup>, ainda que venhamos a discordar e que os nossos pontos de vistas sejam diametralmente opostos em certas circunstâncias, não na totalidade.

Por exemplo, concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que não se pode atribuir exclusivamente ao Presidente da República o mérito dessas conquistas. Nem o Senhor Presidente da República se arrogaria esse mérito, e quero crer que pelo seu espírito tolerante, pelo culto que tem da tolerância, pelo seu espírito democrático, o Senhor Presidente da República jamais aceitaria a exaltação da sua personalidade, jamais aceitaria o culto à personalidade de se colocar como figura centralizadora de todo um processo político, de colocá-lo num pedestal, como se todas as forças sociais tivessem que lhe render homenagens, e ele sozinho conduzisse todo esse complicado xadrez que constitui a consecução da estabilidade democrática no Brasil. Não, por seguro, essas forças sociais também colaboraram, profunda e intensamente. Não se pode negar o papel do Congresso, dos sindicatos etc.

O que preciso dizer, nobre Senador, é que não se pode excluir o Presidente da República desse processo, em subestimar o seu papel, e, o que é pior, negar importância a essas conquistas, a termos assegurado um patamar de participação política digno das mais elevadas dentro do contexto das nações. Neste momento, países de cultura secular, eu diria que países de cultura milenar, ainda se debateram em uma luta intestina, visando conquistar essas liberdades corcuzinhas, o direito à reunião pacífica, o direito à livre manifestação de pensamento, o direito de voto; e sabe V. Ex<sup>a</sup> que sociedades com muito mais tempo e com muito mais experiência do que a do Brasil, ainda neste momento não conseguiram conquistar, não conseguiram vislumbrar no horizonte a saída para essa situação de convivência social respeitosa, elevada e de participação política condigna a que o Brasil faz jus neste instante.

O Presidente José Sarney não pode ser excluído deste papel, e é para isso que chama a atenção esse editorial do jornal *O Globo*.

Quanto à participação do partido de V. Ex<sup>a</sup>, quanto à participação do Dr. Ulysses Guimarães, figura por demais respeitada, venerada por todos nós, inclusive por mim, que me orgulho de ter sido outrora liderado pelo político Sr. Ulysses Guimarães; quanto ao papel do seu partido, quanto ao papel de Ulysses Guimarães dentro desse processo, temos que fazer uma análise mais cuidadosa. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Sr. Ulysses Guimarães apoiaram o Governo Sarney tinha popularidade para transferir para o seu partido, até quando o Sr. José Sarney detinha 80 a 95% de estima da população brasileira, capaz de eleger 22 Governadores do seu



partido. Não faltou apoio do PMDB nem de Ulysses Guimarães até quando o Governo gozava de popularidade, e era muito bom indicar ministros, presidente de autarquia, fazer diretores de empresas estatais, era muito bom possuir o Estado que naquele momento gozava das boas graças da população.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Permite V. Ex<sup>a</sup> outro aparte?

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — Só um instante, nobre Senador. Ouvi V. Ex<sup>a</sup> pacientemente e depois prometo a V. Ex<sup>a</sup> todo o tempo que julgar conveniente. Tão logo o Governo Sarney atingia aqueles índices, o PMDB fazia questão de dizer aos quatro ventos que eram os seus economistas os autores do "Plano Cruzado", que eram os seus economistas os autores daquele milagre, daquela amostra grátis do paraíso, em que todos tinham emprego, em que havia renda suficiente para todos, onde todos disputavam, em pé de igualdade, as mesmas mercadorias. Filas poderiam, porventura, existir, mas se houvesse carne na ponta da fila o trabalhador ou o seu patrão disputavam com as mesmas condições aquela iguaria.

Quando o "Plano Cruzado" atingia o seu prestígio, o PMDB fazia questão de colocar o Presidente José Sarney como o seu Presidente de Honra. Tão logo a população descobriu o logro a que fora submetida, o logro eleitoral, destampadas as urnas de 15 de novembro, quando tudo falhou, quando tudo murchou, quando aqueles que prometeram fazer escorrer leite e mel da bica dos casarios deixaram apenas um rastro de desesperança, quando não mais restou ao povo senão o gosto amargo da sua boa vontade fementida, aí o PMDB voltou as costas ao Presidente da República. Aí não tinha mais a Aliança Democrática. Aí não havia mais transição política. Aí não havia mais "Plano Cruzado". Aí não havia mais redenção econômica. Agora era uma fuga desvairada, era uma debandada geral de um processo que esse partido se arrogava, no começo, de haver construído.

Nobre Senador, esta é uma observação parcial que estou fazendo sobre o processo, e a qual continuarei logo após, a fim de não fazer V. Ex<sup>a</sup> esperar mais pelo aparte.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Antes de citar o PMDB, já havia citado o PFL como...

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — O PFL continua apoiando o Governo.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Continua, através de uma parcela, como também uma parcela do PMDB apóia o Governo, há até Ministros filiados ao PMDB no Governo Sarney. Assim eu citei o PFL, para demonstrar que não era tarefa de um só partido político, e a causa do afastamento de parcela considerável do PMDB do Governo Sarney foi fundamentalmente esta, Senador Marcondes Gadelha.

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — Qual foi, nobre Senador? Quero ouvir, com atenção, qual foi essa causa.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Sim, com toda a atenção é bom ouvir, porque é importante saber: quando se constitui a Aliança Democrática com os dois partidos, o PMDB, que já existia anteriormente, lutando contra o regime autoritário, e os dissidentes do PDS, que formaram o novo partido — PFL —, o documento-base dessa aliança democrática focalizava pontos fundamentais do Programa do PMDB, inclusive assumia compromisso perante a Nação, compromisso avaliado por Tancredo Neves, de que era fundamental apressar as reformas de base do País, a começar pela reforma agrária e pela reforma do sistema financeiro, entre outras, para não falar em saúde e educação. Quando Tancredo Neves faleceu, na noite mesmo em que o Senador José Sarney assumia, em caráter definitivo, a Presidência da República, Sua Excelência fez um pronunciamento à Nação, comprometendo-se, com a emoção que se justificava nessa ocasião, que nenhum dos compromissos do Presidente Tancredo Neves e da Aliança Democrática seriam relegados no seu Governo. Paulatinamente — inclusive para demonstrar isso, não tinha nenhuma obrigação de fazê-lo, manteve todos os Ministros nomeados pelo Presidente Tancredo Neves, esta, a história — paulatinamente, com o continuar não tanto dos anos, mas até dos meses, o Presidente Sarney e seu Governo se foram afastando daqueles compromissos. Eis a razão, nobre Senador Marcondes Gadelha, fundamentalmente: os que deixaram o Governo, os que se opuseram ao Governo Sarney, mesmo sendo de um partido que lhe dava sustentação, reclamaram não por cargo, nem por Ministério, nem por funções públicas, mas pelo esquecimento. No caso da reforma agrária, Tancredo Neves criou o Ministério da Reforma Agrária; Sarney manteve esse Ministério, foi lá, veio cá, terminou extinguindo-o, e a reforma agrária não se fez. Nunca estivemos tão atrasados em termos de reforma fundiária, ou não falo nem de reforma agrária, que é mais ampla, do que durante o Governo José Sarney! Todos os compromissos foram...

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — Só um instante. Foi José Sarney ou a Constituinte que dispõe sobre a reforma agrária?

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Não! Antes. A Constituinte é recente; o Governo José Sarney foi bem antes. Eu estou dizendo isso porque V. Ex<sup>a</sup> faz uma pergunta dessa. Então, José Sarney se comprometeu, inclusive, a fazer a reforma agrária. Mas se comprometeu com todos os pontos do Documento da Aliança Democrática, todos os pontos!; nenhum ele delegou. Ao assumir o Governo devia, ter dito: — "Esse eu não vou acelar, não é compromisso meu; é compromisso de Tancredo Neves." Como depois mudou o Ministério, dizendo: Agora, eu tenho o meu Ministério; o Ministério não é mais de Tancredo. Mas aí, mesmo com o seu Ministério, não quis fazer

as reformas, dizia os culpados que eram ora as forças progressistas, ora a imprensa, ora o Congresso e, ultimamente, acusou os empresários pela alta dos preços, pela inflação. Afinal de contas, Sarney termina o seu Governo não assumindo a responsabilidade de ser Presidente da República, porque acusa todo mundo pelas mazelas do seu Governo, menos a ele próprio e a sua equipe. Senador, eu estava apenas lembrando esses fatos para dizer que aquela parcela majoritária do PMDB que se afastou do Governo Sarney, não se afastou, pura e simplesmente, por causa desse ou aquele cargo, até porque, se fosse por cargo, estariam eles com esses cargos nos Ministérios. Os que não se afastaram do Governo têm Ministérios, têm cargos de primeiro, segundo e quinto escalões, estão todos aí, do PMDB, com cargos. Os que se afastaram perderam os cargos, mas ficaram com as propostas de reforma da Aliança Democrática, defendendo os avanços sociais ao lado do povo brasileiro. Infelizmente a Legenda não se afastou a tempo. O próprio Presidente da Legenda, que não se afastou a tempo é opinião minha —, está pagando por isso, pagando caríssimo por isso, neste momento, no julgamento popular. Não quero alongar-me, não vamos entrar em polêmica, mas acho que a questão não é tão simples assim ou fisiológica, como V. Ex<sup>a</sup> coloca, em termos dessa parcela do PMDB que, — em tempo — se afastou do Governo Sarney porque ele não cumpriu nenhuma das promessas fundamentais em termo de reformas para o povo brasileiro.

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — Com todo o respeito, nobre Senador, eu diria que o Presidente Sarney cumpriu, ou delegou poderes ao próprio PMDB para cumprir todos os seus compromissos na área econômica. Afinal de contas, a gestão econômica deste País foi entregue literalmente ao PMDB — o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Planejamento eram ocupados por militantes do PMDB, membros do Diretório do PMDB, indicados pelo Dr. Ulysses Guimarães, apoiados por todo PMDB e com plenos poderes para executar um plano do qual não se tinha a mínima experiência neste País, um plano inteiramente heterodoxo; um plano Keynesiano, um cepalino, um plano complementar avesso à ortodoxia monetarista que havia presidido a vida do País ao longo de vinte anos. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República José Sarney aceitou isso com a maior naturalidade, diria até com encantamento, com empenho, e atribuiu poderes limitados para que o PMDB exercesse essas funções que alcançassem inclusive, a área de reforma agrária, porque também, sucessivamente, os Ministros da Reforma Agrária eram militantes, filiados ao PMDB: O Ministro Dante de Oliveira, o Ministro Marcos Freire, o Ministro Nelson Ribeiro nosso querido paraense, também indicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Essa área delicada, essa área com profunda conotação social foi deferida ao PMDB, exatamente pela sensibilidade social aguçada que o Partido tem.

No entanto, diz V. Ex.<sup>a</sup> que a reforma agrária não andou. Em seguida, veio a Constituinte, que podia fazê-la progredir e, eventualmente também, isso não aconteceu. Não sei por que a responsabilidade é do Excelentíssimo Senhor Presidente da República José Sarney, também nesse campo específico. Sua Excelência assumiu o compromisso e o mantém e agirá dentro da lei, à luz do que a Constituição estabeleceu.

V. Ex.<sup>a</sup> dizia que uma parcela majoritária do PMDB se afastou e, infelizmente, não se afastou a tempo. Não sei o que V. Ex.<sup>a</sup> chama "a tempo". Se "a tempo" é quando o Senhor Presidente começou a perder popularidade, aí, sim, é onde aponto a causa da fuga do PMDB. Não foi fisiologia, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, porque até hoje o PMDB continua ocupando cargos de importância do primeiro ao último escalões deste País. Se fôssemos extinguir os cargos do PMDB, chegaríamos ao ano 3000 e não terminaríamos, nobre Senador Mansueto de Lavor. Não foi fisiologia; foi uma artimanha política quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República começou a perder popularidade por fracasso do Plano Cruzado, obra dos economistas e dos políticos do PMDB, que, pelo menos, assumiram isso para vencer as eleições de 1986. Foi, aí, então, que começou a debandada e é isto que V. Ex.<sup>a</sup> chama "a tempo"; quer dizer: deveriam ter saído a tempo, ou seja, logo que o Governo começou a perder popularidade. No entendimento de V. Ex.<sup>a</sup> e da maioria do Partido que abandonou o Governo, só se deve apoiar o Governo quando está bem, só se deve apoiar o Governo quando está com o índice de popularidade elevado. Logo que o Governo cai em desgraça, manda a astúcia política, manda o raposismo que fuja do barco, manda que todos abandonem aquela nau que navegava a velas bandadas, cheia de esperança, inflada, exatamente, pelo sopro político do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O que V. Ex.<sup>a</sup> identifica como "a tempo" é, exatamente, quando o Governo começou a perder popularidade. Ao invés de reconsiderar o seu posicionamento na área econômica, ao invés de ajudar o Governo a recuperar a melhor das expectativas do povo brasileiro e fazer com que a Nação se envolvesse num plano de ajuste interno, com que a Nação se envolvesse num Plano de recuperação das finanças públicas, de retomada do crescimento econômico, o PMDB, simplesmente, voltou as costas e disse que não tem nada a ver com isso.

Esta, nobre Senador, é a história recente, e não sei como podemos dar uma interpretação diferente a esses fatos; eu não tenho o dom de adivinhar o que vai no íntimo de cada um; só posso analisar os fatos pelo seu aspecto exterior; só posso analisar os fatos pelo conjunto dos elementos que os compõem. Não sei se, individualmente, a interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>, a posição de V. Ex.<sup>a</sup>, talvez, fosse a mais pura, talvez tivesse uma razão muito específica, de ordem ideológica, de ordem ética, de ordem política e filosófica mas, de modo geral, a análise que se faz, neste

País, é de que o PMDB abandonou o Governo por razões puramente político-eleitorais. Quando se extraiu do Governo todo o sumo de popularidade que podia oferecer, o PMDB estava lá para se beneficiar disso; tão logo o governo começa a descer nas pesquisas, o PMDB busca outra rota, busca outra vertente e, lamentavelmente, V. Ex.<sup>a</sup> informa que não vai conseguir enganar o povo brasileiro.

Neste momento, o PMDB atravessa uma fase difícil e digo — concordo com V. Ex.<sup>a</sup> não faz justiça ao passado deste Partido, que tem uma tradição belíssima, que tem uma tradição de luta contra a ditadura, que aqui se sacrificou, que aqui, caíram as suas melhores expressões políticas sob o tacape da ditadura; um Partido que tem uma história que é consubstancial a História do povo brasileiro, de recuperação das suas liberdades — mas, neste momento, enfrenta extrema dificuldade, não por ter-se afastado do Governo fora de tempo, por não ter-se afastado, ou qualquer tipo de interpretação, mas simplesmente por incoerência; o PMDB procura ter uma personalidade distinta da do Governo que ele ajudou a construir, cujos fundamentos e bases lançou e dos quais, até hoje, não nos conseguimos libertar completamente. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que grande parte da inflação — sobre a qual vamos discutir daqui a pouco, porque o editorial também envereda pelo campo econômico, e aí sim, numa parte mais crítica — fundamenta-se no fato de que até hoje pagamos um preço altíssimo pela audácia do PMDB nos seus diversos Planos Cruzados.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Marcondes Gadelha?

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — A Presidência sente-se no dever de alertar o ilustre orador e o seu não menos ilustre apanteante de que o tempo disponível é de três minutos.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> fosse tolerante, porque estamos começando o nosso pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador, serei tolerante, mas V. Ex.<sup>a</sup> está esgotando os seus 50 minutos. Os poderes encantatórios de sua oratória não nos permitiram perceber que se está aproximando dos 50 minutos e há outro orador inscrito. Mas V. Ex.<sup>a</sup> continua com a palavra.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Sr. Presidente, estou dividindo, democraticamente, o meu tempo com o Senador Mansueto de Lavor, que está enriquecendo o meu discurso. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> tolerância e sei que, como "tucano", de boa formação política, tolerante também, haverá de permitir que estes dois Partidos que estão na planície — V. Ex.<sup>a</sup> voa alto!, discutindo os seus problemas, continuem fazendo-o.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Nobre Senador, eu dizia que o erro do PMDB foi não se haver afastado do Governo no devido tempo.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — O que V. Ex.<sup>a</sup> chama de "devido tempo"?

**O Sr. Mansueto de Lavor** — V. Ex.<sup>a</sup> interpretou "no devido tempo" de uma maneira realmente que não corresponde. A queda da popularidade do Presidente José Sarney foi justamente por não ter correspondido às expectativas que eram as do PMDB, com muito mais razão, porque embutidas no Programa do PMDB, que eram os compromissos da Aliança Democrática. Então, no momento em que o Presidente se afastou desses compromissos, o PMDB não devia esperar mais, não devia ter mais esperanças de recuperação às causas populares do Presidente Sarney. Isso foi o que eu queria dizer. Para não mais tomar o tempo de V. Ex.<sup>a</sup>, e sendo obediente, que o sou, ao chamado do Presidente, principalmente quando se trata da figura tão amiga do eminente Senador Pompeu de Sousa, quero dizer que não tenho o menor ânimo de discutir mais sobre o Governo Sarney, pois para mim ele é coisa do passado; devemos discutir a sucessão presidencial, o futuro Presidente, as coisas do futuro; o Governo José Sarney é coisa do passado; não há mais o que fazer com o mandato de Sua Excelência. É por isso que não votei cinco anos para a sua gestão, porque eu sabia que íamos cair neste vazio que é hoje o Governo Sarney. Então, quero apenas dizer que lamentei interromper o curso do raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup>, a fim de que algumas colocações de V. Ex.<sup>a</sup>, não coincidentes com o que houve, de fato, nesses acontecimentos, que nos causaram, muitas vezes, alegria ao participar, e outras vezes tristeza, fossem traduzidas de uma maneira mais aproximada dos fatos, conforme os retalhos que quis colocar no pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, principalmente no que tange à origem do apoio de todos os grandes Partidos ao Governo do Presidente Sarney, que tinha tudo para acertar. O problema do Plano Cruzado, por exemplo, foi uma proposta que, julgada hoje, parece coisa terrível, mas, dentro daquele esquema do momento, era muito boa. V. Ex.<sup>a</sup> diz que foi o PMDB, mas o PMDB não é tecnocrata; é economista, que não tem mandato, que não sabe o que é voto, que não vive em contato com o povo, que não sente as aspirações populares. O Presidente Ulysses Guimarães não foi consultado; foi comunicado *a posteriori*. Nenhum dos Parlamentares, aqui, no Congresso, foi consultado; todos souberam! E como a proposta parecia, naquele contexto, razoavelmente boa, desde que acompanhada das reformas que eram os compromissos originais do Governo Sarney, todos apoiaram. V. Ex.<sup>a</sup> apoiou, aplaudiu. O PFL foi o mais entusiasta dos apoiadores do Plano Cruzado. Não foi só o PMDB; o PFL também aplaudiu, o PFL também se beneficiou do Plano Cruzado, na medida em que foi possível beneficiar-se. Se realmente o resultado eleitoral de 86 decor-

reu só do Plano Cruzado, e na eleição de 85 o PMDB praticamente ganhou as eleições em todas as Capitais, com exceção de algumas, é claro que se tem de analisar esses fatos sem conduzir à interpretação de acordo com aquela linha que V. Ex.<sup>a</sup> propôs no seu pronunciamento. Agradeço a atenção. Não estamos interessados em discutir Governo Sarney, que para mim é coisa do passado; creio que devemos discutir, agora, o presente e o futuro. O presente é a sucessão presidencial, e o futuro é o Brasil, sob a égide de uma redemocratização conquistada, se tivermos o bom senso de eleger um homem à altura deste momento histórico, com a maturidade, com a tranquilidade, com o espírito de estadista, com o discernimento daqueles que realmente querem o País para a frente e não com os olhos para o passado. Muito obrigado.

#### O SR. MARCONDES GADELHA —

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, dizendo que também não estou interessado no que passou. O que passou tem importância para a História, e interessa, evidentemente, a qualquer governante que a sua imagem histórica seja a mais fiel possível e traçada sem qualquer paixão. É por isso que informo a V. Ex.<sup>a</sup> e a esta Casa que o Presidente da República — conversei com Sua Excelência hoje pela manhã — atribui um significado muito especial a esse editorial do jornal *O Globo* de hoje, porque é essa a imagem é que o Presidente tem de si próprio e com essa imagem que Sua Excelência gostaria que o seu Governo entrasse para a História. Estou preocupado, nobre Senador, com o futuro também. Digo a V. Ex.<sup>a</sup> que o futuro depende muito do presente, deste pequeno momento que estamos vivendo, deste aqui e agora, em que caminhamos sobre um "fio de navalha", no que diz respeito à área econômica que vamos discutir em seguida.

Quero só finalizar esta parte do meu discurso dizendo que, no que tange ao relacionamento entre o Presidente da República e a Assembléia Nacional Constituinte — que V. Ex.<sup>a</sup> suscitou —, quem lhe responde é o próprio editorial do jornal *O Globo*, quando diz:

"Adotando essa diretriz conciliatória, Sarney completou a primeira etapa de sua missão com a convocação da Constituinte;" — V. Ex.<sup>a</sup> não vai negar que foi Sarney quem convocou a Assembléia Nacional Constituinte — "a segunda e histórica etapa efetivou-se com a promulgação da nova Constituição da República que jurou obedecer.

Infelizmente tal atitude que lhe custou agravos e injustiças recebidas com impassível serenidade de estadista, embora lhe tenha assegurado uma dimensão de grandeza política, não teve correspondência no plano administrativo."

E digo a V. Ex.<sup>a</sup>, agravos e injustiças desnecessárias, inteiramente descabidas. O Presidente foi agredido, por diversas vezes, durante o processo constituinte, sem que isso trouxesse nenhuma contribuição à elaboração

constitucional, que prosseguia, aqui, impassível, diante de qualquer que fosse o comportamento do Governo. O Presidente foi agredido, repetidas vezes, por membros da Assembléia Nacional Constituinte, numa atitude que, diria, absolutamente inócua, desnecessária, extemporânea, tanto assim que, logo promulgada a Constituição, o Presidente disse que seria o primeiro a cumpri-la; agora, na qualidade de Presidente da República, na qualidade de cidadão brasileiro, tinha o direito de opinar, como o fizeram milhares e milhares de brasileiros, que enviaram cartas, com sugestões, a esta Casa, que fizeram críticas, por escrito, aos Srs. Constituintes. Fosse diretamente, fosse através da imprensa, fosse por outros meios de comunicação, discutiram, com toda a liberdade, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Por que grupos organizados tinham o direito de vir, aqui, conversar com os Srs. Constituintes e, às vezes, impor, de forma até descortês e pouco parlamentar, os seus pontos de vista, diante dos Srs. Constituintes, e o Presidente da República, cidadão brasileiro, investido da mais alta magistratura neste País, não tinha o direito de opinar, qualquer que fosse o tom, crítico ou não, contundente ou não, cáustico ou não? O Presidente tinha o direito de opinar sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. A isso se chamou de interferência, ingerência descabida, intromissão indevida e outras formulações, outras adjetivações absolutamente sem qualquer sentido.

Mas isso também é História, nobre Senador Mansueto de Lavor, isso também passou.

Importa saber que, promulgada a Constituição, o Presidente da República foi o primeiro a jurar cumpri-la, e o vem fazendo em toda a sua inteireza.

Sr. Presidente, se o editorialista coloca o Presidente numa posição respeitabilíssima no plano político, por medida até de isenção não poderia furtar-se a fazer críticas à situação econômica do País. E, em certos trechos, chega a ser até muito cáustico, particularmente quando fala do processo inflacionário e dos diversos planos ou pacotes, como refere o editorial, que pretenderam substituir as leis de mercado por artifícios que medeiam entre a pressão fiscal e a ameaça policial, deixando, intocada, a ciranda financeira. Esta se mantém sob o falso pretexto de que a rolagem da dívida e a pressão de juros da dívida externa não constituem fatores inflacionários. Crítica, de maneira rude, o nível de inflação, hoje em torno de 30%, e se insurge contra a tese que fala que a inflação está sob controle.

Sr. Presidente, não negamos razão ao jornal *O Globo* quando traz as suas preocupações quanto ao processo inflacionário. Este é um ponto do presente que tem papel decisivo sobre o futuro.

Felizmente, se a inflação não está sob controle, pelo menos conseguimos afastar o risco da hiperinflação. E a hiperinflação, não tenhamos nenhuma dúvida, poderia, sim, corroer as bases do sistema democrático em pouquíssimo tempo. A História não fala de qualquer

país que tenha resistido a dois meses de hiperinflação. A História, seja na República de Weimar, seja na Hungria em 1956, seja na Bolívia, recentemente, seja na própria Argentina, a História não registra instituição democrática que tenha suportado dois meses de um processo hiperinflacionário.

Estamos com uma eleição às portas; daqui a três meses teremos eleição. Mas se, num dado momento, a população perdesse a confiança na Instituição, se perdesse a confiança na moeda, se perdesse a confiança no Governo, se descreditasse do mercado financeiro, se partisse, alucinadamente, sobre o mercado de bens reais, com exacerbação brusca de demanda, com fuga da moeda em busca de outros ativos, como ouro e dólar não tenhamos dúvida que também as eleições deste ano estariam seriamente ameaçadas e todo esse processo democrático, que muitos julgam natural, que muitos julgam uma conquista fruto da evolução das forças sociais, estaria também sob um risco muito sério.

Felizmente, Sr. Presidente, neste momento não se fala mais em hiperinflação neste País. Até um mês atrás, era o mote de todos os dias no jornal; até um mês atrás, era a conversa de todas as rodas, desde o tecnocrata mais sofisticado até o homem do povo preocupado com o seu salário. O risco da hiperinflação, sobretudo quando se divulgava o que se passava na Argentina e o que se passou na Venezuela, com multidões saqueando supermercados, depredando mercearias, à busca do que comer. Este quadro, Sr. Presidente, levava a uma iminência de pânico também a sociedade brasileira.

Hoje, este quadro, felizmente, está afastado, há confiança no mercado. V. Ex.<sup>a</sup> pode avaliar pela evolução do dólar no paralelo e pela evolução do ouro, que sofrem quedas seguidas pelas subidas nas bolsas de mercadorias.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> outros indicadores muito fortes para falar da pujança da economia brasileira neste momento.

O que vou dizer, aqui, Sr. Presidente, pode parecer uma heresia; o que vou dizer pode ser uma tese falaciosa; o que vou dizer, aqui, pode contrariar o senso comum, mas, afirmo, insisto em que a economia brasileira vai muito bem, a economia brasileira está pronta para um novo salto simplesmente inimaginável.

Muitos escamoteiam esta realidade e se baseiam apenas nos índices de inflação; o que sabemos faz parte de um jogo de meia dúzia de potentados, que ficam especulando no mercado financeiro e operando contra as bases da sociedade que sofre o processo inflacionário, no sentido de manter ganhos absurdos, lucros não operacionais que, muitas vezes, são maiores do que os seus ganhos com produção e com venda de mercadorias.

Se, por instante, abstrairmos a inflação, e olharmos em volta a produção real deste País, vamos constatar que a indústria, por exemplo cresceu 5,5% este mês, sendo que, em alguns Estados, como o Paraná, alcançou taxas de 9,5% de crescimento, o que faz lembrar os bons tempos de crescimento, o que faz lem-

brar os bons tempos de Juscelino Kubitschek. Vamos verificar que a agricultura no Brasil, durante o Governo José Sarney, cresceu 40%, acabando com aquele mito da estagnação perpétua. Tínhamos uma agricultura estabilizada em torno de 50 milhões de toneladas de grãos, que não saía desse patamar e que atravessou 15 anos. Malgrado a população crescesse, aumentando as necessidades e as bocas para alimentar, a agricultura do Brasil permanecia estagnada na faixa dos 50 milhões de toneladas de grãos. Hoje, temos recordes históricos acima dos 70 milhões de toneladas de grãos, como jamais houve na História deste País.

O nosso comércio exterior, Sr. Presidente, bate também todos os recordes. Estamos com saldos na balança comercial que ultrapassam 20 bilhões de dólares ao ano.

O nível de emprego, que talvez seja o melhor indicador sobre o estado de saúde de uma economia, apresenta os níveis mais elevados, a taxa de desemprego é a mais baixa da década. Podemos ver também empiricamente, sem precisar de dados estatísticos, alguma elevação do padrão de vida da classe média, muito embora todos reclamem da crise; muito embora todos falem das dificuldades que o País está atravessando; muitos transformam o dia-a-dia em um invisível muro de lamentações.

Vemos, Sr. Presidente, que a classe média, mais do que nunca, usufrui das benesses da civilização: tira férias com mais frequência, viaja com mais frequência, todos os aviões estão lotados, dentro e fora do País, inclusive ultrapassando o período das férias escolares.

Ontem, a televisão mostrava que há 100 mil brasileiros na Inglaterra e que, até setembro, todos os vôos estão lotados. Mesmo aqueles que fazem as críticas mais contundentes esquecem-se de fazer a análise dentro de sua própria casa.

Outro dia, Sr. Presidente, observei um ato falho da revista *Veja*, precisamente quando crítica a viagem do Presidente da República à França. A revista *Veja* publicava uma matéria de capa com o título "Delícias lá fora, raiva em casa ou ódio aqui", coisa dessa natureza, dando a entender que a classe média estava indignada com a viagem do Presidente da República, porque a sua qualidade de vida se havia deteriorado. Entretanto, na mesma edição, na seção "Cartas do Leitor", aquele pequeno editorial que *Veja* publica toda a semana, divulga os seus índices de venda de assinaturas e mostra que estas cresceram de 700 mil para 920 mil assinaturas, fora 160 mil vendas em bancas de jornais. Outra revista, a *Isto é Senhor*, também proclama um aumento de vendas extraordinária. Quem lê essas revistas é a classe média. E são revistas caras, custam 7 cruzados em média. No entanto, as vendas aumentaram assustadoramente e essas revistas se vangloriam do aumento das suas subscrições e das suas vendas em bancas; mas ainda, publicam encartes publicitários cada vez mais volumosos, cada vez mais caros, cada vez mais bem elaborados, mais sofisticados,

o que também indica um aumento da oferta de produtos, da variedade de novos produtos colocados à disposição do público e a boa situação financeira das empresas.

Digo a V. Ex.<sup>a</sup> que as empresas privadas nacionais estão muito capitalizadas, estão muito bem servidas em termos de liquidez, tanto assim que investem muito no mercado financeiro. Hoje, temos cerca de 120 bilhões de dólares girando no mercado financeiro e esses recursos não são do grande público nem do pequeno poupador — sabe muito bem V. Ex.<sup>a</sup> — mas de um empresariado nacional que está fortemente capitalizado e, sobretudo, não está endividado. Esta, a situação da economia brasileira na hora presente.

Agora, justiça seja feita, há uma crise de finanças públicas. O setor estatal vai muito mal, mas é exatamente este Governo que já, na undécima hora do seu mandato, resolve assumir com determinação a disposição de recuperar as finanças do Estado, não para fazer um milagre de última hora, não para resolver a crise brasileira de uma hora para outra, e, sim, pelo menos, para garantir a estabilidade, a confiança nas instituições e, sobretudo preparar o terreno para que o sucessor possa, afinal de contas, colocar este País no eixo da sua vocação de grande Nação economicamente pujante e socialmente justa.

Senhor Presidente, vejo que V. Ex.<sup>a</sup> me acena com o relógio, mas pediria um pouco mais de paciência e de tolerância a V. Ex.<sup>a</sup>. Estou prestes a concluir, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— V. Ex.<sup>a</sup> possui uma retórica tão viva e tão rica que, realmente, o tempo passa e não sentimos, já passou bastante de uma hora. Orador tão abundante, acho que, atualmente, só o Fidel Castro e talvez o Sr. Leonel Brizola ...

#### O SR. MARCONDES GADELHA — Mário Covas. V. Ex.<sup>a</sup> está-se esquecendo do seu candidato.

Sr. Presidente, não há como negar a inflação é sempre uma espada de Dâmocles sobre a vida institucional deste País. Mas neste momento podemos assegurar três aspectos, pelo menos, de que a hiperinflação não vai acontecer e o processo eleitoral reforçará a confiança, porque a hiperinflação é primeiro, sobretudo, uma crise de expectativas da sociedade, segundo, a economia brasileira, o setor privado, vai muito bem neste País; e, terceiro, neste momento o Governo faz um esforço para recuperar as finanças públicas. Outro não é o sentido do pacote enviado ou recebido pelo Governo do Congresso Nacional. O Congresso faz um elenco de proposições para recuperar as finanças e o Governo está cumprindo religiosamente aquelas determinações. O Congresso falou em privatização e o governo enviou proposta privatizando 18 empresas; o Congresso falou em venda de imóveis e o Governo enviou proposta vendendo 10 mil imóveis aqui, em Brasília. Hoje mesmo uma segunda medida está sendo encaminhada ao Congresso, vendendo 4 mil terrenos do serviço de patrimônio da União no Rio de Janeiro.

O Congresso propõe a redução de alíquotas para importações, e esta é uma medida muito importante para o controle da inflação e o Governo se dispõe a cumpri-la talvez nesta semana ou, no máximo, na próxima semana. Com a redução de alíquotas de importações teremos três efeitos pelo menos: o empresariado brasileiro será forçado a competitividade; segundo, aumentará a oferta real de bens físicos dentro do País; e, terceiro, o Governo encontrará um meio mais eficiente de se desvencilhar do volume de cruzados que obtém em troca dos superávits em dólar da sua balança comercial. Ao invés de inundar monetária, o Governo fará entrar no País bens de capital e insumos básicos e, se depender de mim, também bens de consumo duráveis e bens não duráveis.

Sei, Sr. Presidente, que essas medidas encontrarão resistências muito fortes, porque contrariam interesses, mas aí onde está a justiça que o editorial também faz ao Presidente Sarney. Sua Excelência teve que enfrentar uma espécie de cultura inflacionária, que sempre existiu neste País, e que chega a permear as instituições, inclusive o Congresso Nacional. Toda vez que se fala em enxugar a máquina estatal, toda vez que se fala em desestatizar, em privatizar, em desengordurar o Estado, Sr. Presidente, há sempre uma reação igual, em sentido contrário e, às vezes, até, bem mais forte. Esperamos que agora, tendo a iniciativa partido do Congresso, venha a calar mais fundo no seio desta Casa e possa prosperar e, afinal de contas, tenhamos uma colaboração para reduzir o déficit público, que, em última análise, é um dos elementos que compõem o tripé inflacionário, junto com a crise decorrente da dívida externa e a crise de expectativas a que nos aludimos.

Sr. Presidente, encerro este pronunciamento dizendo que o editorial permite ainda ilações muito mais amplas, é um texto muito rico, que aborda a ação do Presidente nos diversos campos. Não falamos aqui, Sr. Presidente, do sucesso da nossa diplomacia, no que diz respeito à integração latino-americana, mas o editorial faz menção a este ponto; não falamos aqui da ação do Governo no campo social, mas o editorial faz menção a esse aspecto.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, com a própria frase do editorialista, no seu último período, sobre o julgamento final a que se propõe o jornal *O Globo* com este documento. Diz o editorialista:

"Agrade ou não a críticos precipitados, a verdade é que ficará — Sarney — como um grande Presidente que não pôde fazer um grande Governo."

Considero, Sr. Presidente, que a frase está correta na sua premissa inicial. Temos um grande Presidente, mas temos que corrigir o período final. Um Presidente que se esforçou para fazer um grande Governo, que mantém e manterá este esforço até à hora de passar a faixa para o seu sucessor. Enganam-se os que pensam que o Governo terminou; enganam-se os que pensam que temos apenas uma preparação para a entrega do mandato

ao futuro Presidente da República. O Governo, o Presidente da República continuará o seu esforço, o seu empenho para colocar a economia em níveis compatíveis com as melhores expectativas do povo brasileiro. Logramos um grande e extraordinário sucesso no campo político, não podemos desprezar esse fato, não podemos esquecer nunca que, graças a Deus, alcançamos um patamar de participação política extremamente respeitável, e que jamais teremos retrocessos e que jamais teremos involuções e que jamais regrediremos ao obscurantismo do passado. No entanto, é preciso também manter um esforço determinado para melhorar sempre, cada vez mais, as finanças públicas deste País, para que se complete o ciclo da transição; não só com a garantia das instituições como também com expectativas as melhores possíveis, no que diz respeito ao campo econômico. Já somos a 8ª economia em termos de Produto Interno Bruto, mas isso representa apenas uma promessa para milhões de brasileiros, que ainda vivem, sem maiores esperanças, uma vida apenas vegetativa, pobres de Deus, pobres de Jó e pobres de amor.

Este Governo, Sr. Presidente, pretende criar as bases para a redenção de toda a população brasileira.

Senhor Presidente, para concluir peço a V. Exª que faça constar deste pronunciamento, na íntegra, o Editorial "O Julgamento de Sarney", do jornal *O Globo*.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCONDES GADELHA EM SEU DISCURSO:**

**O JULGAMENTO DE SARNEY**

Em que condições encontrava-se o País quando Sarney assumiu o Governo e como vai transmiti-lo ao sucessor? Responder a esta indagação é fundamental para que se possa optar entre as propostas com que os candidatos à Presidência se dispõem a enfrentar esse legado.

Cabe preliminarmente reconhecer que o atual Presidente, sereno e tolerante ao extremo da inércia, deu pleno cumprimento a missão outorgada a Tancredo Neves e que os desígnios da Providência colocaram em suas mãos.

O Brasil saía de um regime em que reuniões cívicas despertavam suspeitas policiais; em que se considerava qualquer manifestação de trabalhadores como agitação em que se denunciava subversão nas letras de canções, no enredo de telenovelas, na pregação dos Evangelhos. Um País martirizado, de um lado, por cassações, exílios, obscuras práticas de tortura; e de outro, por tentativas de sabotagem, de terrorismo, de guerrilhas. Dividido entre civis e militares; e até no âmbito das Forças Armadas; entre a área de informações e dos quartéis.

Era de se temer, na transição, o desencadeamento de atos de vingança e revanchismo, como ocorreu noutros países em que a abertura política redundou em maiores fraturas na sociedade. Aqui, a anistia não consistiu apenas num texto de lei, efetivando-se como procedimento nacional. Apagaram-se os ressentimentos de tal modo que corremos o risco de esquecer as causas e os efeitos daquela ruptura constitucional que jamais deverá repetir-se.

Não foi obra do acaso, Sarney, de início, convocou a sede do Governo dirigentes sindicais a religiosos, estudantes, representantes de partidos ainda clandestinos, juntamente com líderes empresariais e políticos, imprimiu novas diretrizes aos órgãos de segurança e de informação. Em nenhuma crise considerou necessária a prontidão nos quartéis. Enviou ao Congresso projetos de lei que resultaram na fatal remoção do sistema autoritário, estabelecendo uma sociedade democrática que não se restringe às elites, sem exclusão de nenhuma classe ou minoria.

Hoje somos um País em que as liberdades estão asseguradas; em que lideranças de todos os segmentos da sociedade participam dos debates sobre o destino nacional; em que a censura foi abolida; em que milhares de greves se desencadearam, provocando perturbações muitas vezes desnecessárias. Um País em que se vem realizando, a cada ano, eleições livres e diretas. Em que se identificam civis e militares; em que a palavra dos Ministros militares é tratada como opinião política e não como pronunciamento ou ameaça. Em que todos os motivos ideológicos assumiram expressão partidária. Enfim, um País em que, entre seus líderes, só um mantém-se coagido, prisioneiro das liberdades que se dispôs a assegurar como supremo mandatário.

Adotando essa diretriz conciliatória, Sarney completou a primeira etapa de sua missão com a convocação da Constituinte; a segunda e histórica etapa efetivou-se com a promulgação da nova Constituição da República que jurou obedecer.

Infelizmente tal atitude que lhe custou agravos e injustiças recebidas com impassível serenidade de estadista, embora lhe tenha assegurado uma dimensão de grandeza política, não teve correspondência no plano administrativo.

Antes de tomar decisões de política econômica ou social, preocupou-se em consultar todas as correntes. Com isso, os interesses corporativos de classes e grupos passaram a sobrepor-se ao interesse geral, resultando no virtual bloqueio de quaisquer iniciativas.

Sem ser atendido nos apelos para a fixação de pactos, admitiu a emissão de pacotes sob inteira responsabilidade de equipes governamentais, cuja incompetência está inapelavelmente assinalada nos sucessivos fracassos dos planos Cruzados I, Cruzado II e Verão.

Em março, na perspectiva de uma inflação de 6% o Presidente exclamava que havia "algo

de errado e isso é uma coisa que temos de investigar". Hoje, considera-se "vitoriosa", uma "estabilização" da taxa mensal de 30%, admitindo-se como razoável que "se eleve a 45% em setembro". Chama-se a isso de "inflação sob controle".

Não se pode culpar apenas as equipes burocráticas do Governo por essa situação, pois a comunidade acadêmica, abrangendo economistas das mais diversas escolas, incluindo ex-Ministros da Fazenda, trouxe a sua contribuição para essa sucessão de pacotes que pretenderam substituir as leis do mercado por artifícios que modeiam entre a pressão fiscal e a ameaça policial, deixando infocada a "circularidade financeira". Está se mantendo, sob o falso pretexto de que a rolagem da dívida interna e a pressão dos juros da dívida externa não constituem fatores inflacionários.

Também não vale reiterar a desculpa do déficit público pelo adiamento de cortes de despesas. Não há mais o que cortar. Como o Presidente vem afirmando, o Governo gasta apenas o que arrecada e inclusive a execução orçamentária vem sendo superavitária.

Enquanto isso, os serviços públicos essenciais se desagregam por falta de recursos e as empresas responsáveis pela infra-estrutura de energia, transportes e comunicações estão ameaçadas de colapso.

Com raras exceções, cessam os investimentos ou efetuam-se em atividades econômicas "marginais", na tentativa de se fugir ao risco de uma moratória interna, num País em que, na observação do ilustre brasileiro Octávio Gouvêa de Bulhões, remunera-se o dinheiro com taxas reais altíssimas, redundando em concentração da renda e estímulo do consumo para o qual acaba derivando uma parte da poupança em ascensão.

O trágico resultado é que a inflação torna-se invencível, pois conta com a complacência dos poderosos interesses que com ela se beneficiam.

São essas as duas faces do legado do Governo Sarney.

No âmbito político, um clima de paz e de plena restauração das instituições democráticas, cujos reflexos transcendem as nossas fronteiras, abrangendo o Continente Sul-Americano como decorrência da iniciativa brasileira de uma "diplomacia de diálogo direto dos Presidentes".

No âmbito administrativo, a manutenção de uma herança de distorções provenientes do regime anterior e baseadas num falso diagnóstico das causas da crise econômica-social.

Que compromissos assumem os candidatos da Presidência diante desse legado? O julgamento de suas proporções afetar-se-á nas urnas, de 15 de novembro.

O de Sarney já se delinea na história para quem observa com isenção o seu desempenho na restauração da democracia. Agrade ou não a críticos precipitados, a verdade é que ficará como um grande Presidente que não pôde fazer um grande Governo.

*DURANTE O DISCURSO DO SR. MARCONDES GADELHA, O SR. NELSON CARNEIRO, PRESIDENTE, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. POMPEU DE SOUSA, 3º SECRETÁRIO.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, feliz estou por ter ouvido o Líder do PFL dizer que a economia brasileira vai bem.

Trazemos a V. Ex.<sup>a</sup> dados que demonstram a importância da rodovia BR-30 para o nosso Estado — a Bahia — e vimos solicitar das autoridades competentes a sua pronta conclusão.

A BR-30 é rodovia federal que corta os Estados de Minas Gerais e Bahia, e faz parte do Sistema Rodoviário Sul-Americano, interligando, junto com a BR-70, o Brasil e a Bolívia. Representa a ligação mais curta de Brasília com Salvador e com o Complexo Portuário Ilhéus/Carpinheiros, e encurta em 160km a distância entre Brasília e as capitais de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e a já referida Salvador. Corta a Bahia no sentido oeste-leste, desenvolvendo-se entre os paralelos treze e dezesseis de latitude sul, indo desde o limite estadual com Goiás, no meridiano quarenta e seis, até o litoral, no meridiano trinta e nove, ambos meridianos de longitude oeste. Seu relevo estende-se desde os Chapadões do Oeste, característicos do Cerrado baiano, atravessando o Vale do Rio São Francisco, passando pelos contrafortes das Serras do Sincorá e Espinhaço, onde atinge altitudes superiores aos mil metros, para depois cruzar o Planalto de Conquista, estender-se por sobre os tabuleiros costeiros e ir morrer na planície litorânea, onde assume altitudes de até cem metros.

Ao ser concluída, a BR-30 terá 1.138km de extensão, dos quais 681 no território baiano. Do total, 607km já foram trabalhados, estando pavimentados 349km e em fase de implantação 258km; dos restantes 531 km, ainda a serem atacados, 429km estão em Minas Gerais e 102km na Bahia.

A importância da BR-30, para nós baianos, advém do fato de que atravessa 10 microrregiões, do Estado da Bahia, que no seu conjunto têm 121 municípios que constituem, assim, a área de influência da BR-30. As microrregiões por ela cortadas são: Chapada Diamantina Meridional, Serra Geral da Bahia, Jequiê, Planalto de Conquista, Pastoril de Itapeitinga, Tabuleiros de Valença, Encosta do Planalto de Conquista, Chapadões do Rio Corrente, Médio São Francisco, e Cacaueira.

Esses 121 municípios perfazem uma superfície com área de aproximadamente 170 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a cerca 30% da área estadual. Abrigam uma população de aproximadamente dois milhões e oitocentos mil habitantes, segundo o censo de 1980, o que corresponde a cerca de 30%

da população do Estado. 42% desses dois milhões e oitocentos mil concentram-se nas áreas urbanas, sobretudo nos municípios de Jequiê, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna, ficando os outros 58% distribuídos pela zona rural, como é típico de uma região na qual as principais atividades econômicas são desenvolvidas no campo.

A BR-30 se desenvolve entre as microrregiões de melhor clima e solo do Estado da Bahia e que se apresentam como uma área de grande concentração de riquezas, caracterizada por uma economia agro-exportadora, geradora de significativo volume de excedente, economia notável pela grande diversificação de culturas com peso expressivo na produção total do Estado.

Dentre as culturas permanentes podemos salientar a piaçava, que responde por 90% da produção estadual, seguida pelo cravo-da-índia (86%), dendê (78%), cacau (75%), café (61%), pimenta-do-reino (55%), guaraná (48%) e seringueira (44%). Na microrregião cacaueira se concentram cacau, seringueira e coco; nas microrregiões da Chapada Diamantina Meridional, Planalto de Conquista e Jequiê predomina a cultura do café; na dos Tabuleiros de Valença, cacau, seringueira, cravo-da-índia, piaçava, dendê, pimenta-do-reino e guaraná.

No tocante às culturas temporárias podemos destacar, na área de influência da BR-30, o algodão, com 87% da produção do Estado; o arroz com (42%) a banana (38%), o milho (33%) a mandioca (29%), o feijão (26%) e o tomate com (24%). Os grãos se concentram nas microrregiões dos Chapadões do rio Corrente, Médio São Francisco, Chapada Diamantina Meridional e Serra Geral da Bahia; a banana se concentra na microrregião cacaueira; o tomate na microrregião do Jequiê.

Os dados que vimos citando são do CEN, Centro de Informações e Estatística do Estado da Bahia, relativos ao ano de 1986.

Segundo essa fonte, na área de influência da BR-30 a pecuária no ano de 1987 mostrou uma posição expressiva, com o seguinte quadro: rebanho bovino 720 mil cabeças, o que representa 37% da população bovina do Estado, suínos com 29% e caprinos com 13% dos respectivos totais do Estado. Anote-se que a atividade pecuária visa sobretudo à produção de carne.

A atividade pesqueira, que é bastante desenvolvida na costa da Bahia, terá, com a conclusão da BR-30, um escoadouro adequado em direção aos Estados de Minas Gerais e Goiás, e para o Distrito Federal.

Na área de influência da BR-30 está em franco desenvolvimento a produção mineral, com destaque para ametista, barita, cristal de rocha, calcário, chumbo, grafite, manganês, magnetita, quartzo e zinco, encontrados na Chapada Diamantina Meridional, Serra Geral da Bahia, Planalto de Conquista e Tabuleiros de Valença, tendo tido em 1987 um movimento de cerca de 415 mil toneladas.

Vale ainda ressaltar o interesse da BR-30 para o turismo tendo-se em vista o acesso ao litoral, que ela facilitará.

Com relação ao ICM, no ano de 1988 as 10 microrregiões que compõem a área de influência da BR-30 arrecadaram 15% do total do Estado, tendo arrecadado 29% do total do ITBI. Note-se que se se excluir do total do ICM a cidade de Salvador, com seu parque industrial já consolidado, e Caruaru, onde se localiza o Pólo Petroquímico, grande gerador de ICM, a participação da área de influência da BR-30 amplia-se para 32%.

Senhor Presidente e Srs. Senadores acreditamos que do quadro traçado tenha ficado absolutamente clara a importância da construção da BR-30 e a conseqüente necessidade de sua pronta conclusão — conclusão que enfaticamente estamos, desta tribuna, solicitando às autoridades federais competentes. Como complementação desse pronunciamento, quero, inicialmente, por uma questão de ética, referir-me a uma crítica que fiz neste Plenário, sexta-feira passada, ao Ministro do Interior, João Aves.

Baseado numa notícia do jornal *A Tarde*, do meu Estado, declarei que S. Ex.<sup>a</sup> estaria fazendo um desmatamento na região do Rio Corrente, criando problemas ecológicos. S. Ex.<sup>a</sup> fez uma carta ao jornal *A Tarde*, que foi publicada em edição posterior.

Quando é publicada uma notícia, a meu respeito, que considero merecedora de retificação e faço uma carta ao órgão de comunicação que a publicou e essa carta não é divulgada, fico, realmente, preocupado com a quebra do princípio ético.

Então, por uma questão de ética, quero fazer registro do desmentido do Ministro, embora meu querido amigo e Colega e Senador Lourival Baptista já o tenha feito anteriormente. O Sr. Ministro não se dirigiu a mim pedindo retificação, mas o faço espontaneamente. Quero dizer, complementando que, infelizmente, os órgãos que deveriam cuidar da ecologia no nosso Estado dão licença para esses desmatamentos, muitas vezes sem a necessária visão dos problemas que causarão à ecologia, não se preocupando com os prejuízos que ocorrerão com os desmatamentos permitidos que prejudicam os rios, como no caso da região Cacaueira. Lá todos os desmatamentos foram feitos com a licença dos órgãos responsáveis e os rios deixaram de ser caudalosos, passaram a sofrer as conseqüências da estiagem, nos períodos mais prolongados de seca que temos tido, e tornaram-se rios quase secos.

Portanto, a licença em si não vai anistiar os possíveis pecados, é preciso ver se realmente esses atos predatórios que estão sendo praticados, os desmatamentos não irão prejudicar, no futuro, aqueles rios caudalosos da região do São Francisco.

Senhor Presidente, ligeiramente, já que estamos com o Plenário "lotado", e não quero tomar a atenção dos nobres colegas, queria fazer ligeira referência, breves comentários sobre o pronunciamento do meu Colega, Líder do PFL, Senador Marcondes Gadelha.



A economia vai bem! É uma acertiva com a qual não concordo. É uma declaração que, para mim, está fora da nossa realidade.

Fala S. Ex<sup>a</sup> no aumento da produção agrícola; aumentamos a produção agrícola de exportação, mas diminuímos a produção agrícola daqueles produtos da alimentação dos brasileiros. É só pegar os próprios dados oficiais que vamos ver que produtos como o milho, feijão, arroz, têm tido diminuição na sua produção, no seu cultivo. Aumentamos, e muito, as nossas áreas de produção para a soja e outros produtos de exportação, a dos produtos que irão chegar à mesa dos brasileiros, para reduzir o sacrifício do nosso povo, estes estão tendo diminuição nas suas safras. Não temos visto uma política agrícola dirigida para suprir esta deficiência.

Na balança comercial temos tido uma demonstração de que a nossa economia não vai bem. Temos aumentado a exportação, mas a importação, que demonstra a força e a pujança da economia de um país, essa tem diminuído, porque não temos tido as condições necessárias nem as pressões econômicas necessárias para aumentar a nossa produção interna. Por isso, temos tido um saldo cada vez maior na balança comercial, o que nem sempre é uma demonstração de que nossa economia vai bem.

Aumento de padrão de vida da classe média. Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é isso que se verifica. O que verificamos, a cada dia, é que a classe média está com o seu salário deteriorado. A classe média vem perdendo o seu poder aquisitivo e solicitando, a cada dia, mais atenção que lhe é devida e, que, infelizmente, o Governo não tem dado.

Sr. Presidente, o Senador Marcondes Gadelha baseia-se nas informações do Presidente Sarney: "Os aviões estão cheios, estão lotados". Será que este é o dado para demonstrar que a classe média vem melhorando o seu nível de vida? Que a economia vai bem porque os aviões estão lotados? Ou será que isso não é uma constante na vida dos brasileiros, essa ansia de viagens e de ficar endividado por muito tempo, comprando as prestações, fazendo sacrifícios, para ter aqueles momentos de satisfação pessoal?

O empresariado não está endividado, disse S. Ex<sup>a</sup>. Ora, Sr. Presidente, diga-me como é que o empresariado poderia endividar-se com juros tão altos. O empresariado não está utilizando seus recursos na produção, no volume que seria desejável, está jogando as suas economias na especulação financeira. S. Ex<sup>a</sup> mesmo declarou que o empresariado está capitalizado, com 120 bilhões de dólares no mercado financeiro. Ai está o ganho dos balanços, ai está a demonstração de que estamos com um grupo privilegiado que, a cada dia, enriquece mais e que vai fazendo, a cada dia mais, a concentração da riqueza nacional, com o sacrifício daquela metade de nível mais baixo que, a cada dia, empobrece mais...

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foram comentários bem ligeiros, para dizer-lhes que não quero ser engenheiro de obra feita, mas

quando era ainda novato, na minha Bancada, na Bancada do PMDB, na primeira reunião da qual participei tive a oportunidade de criticar o chamado Plano Cruzado, quando foi instituído, por considerar que ele, no futuro, iria demonstrar que traria maiores prejuízos do que benefícios, se fosse implantado da maneira como estava sendo anunciado. Fui voz discordante em várias reuniões de minha Bancada — e V. Ex<sup>a</sup> pertencia à minha Bancada — solicitei, por várias vezes, o afastamento do PMDB do Governo José Sarney tinha era a de dividir o nosso Partido, enfraquecer o PMDB, através de sua desunião.

E nos trabalhos da Constituinte isso foi sendo demonstrado, de tal forma que V. Ex<sup>a</sup> e outros companheiros, o Senador Chagas Rodrigues aqui à minha frente e outros companheiros, acharam-se na obrigação de deixar o nosso Partido, porque, no Senado Federal, tínhamos feito uma declaração de que não apoiáramos o Governo José Sarney pela maioria da nossa Bancada. Mas ele já tinha conseguido a divisão do Partido, demonstrada em algumas importantes votações na Constituinte.

Nossos dirigentes, infelizmente, demoraram muito a ter a consciência da necessidade desse afastamento e estão pagando um preço muito alto por essa demora, esse desencontro com a opinião pública. Não sei se teremos tempo de recuperar a posição que sempre foi do nosso Partido. Sei que eu, pessoalmente, apesar de desde o início — e, talvez, até com certa cerimônia, por ser novo no Partido — pedir ansiosamente o afastamento do Partido do Presidente, continuei inteiramente solidário com o Partido pelo qual me elegi e com os compromissos assumidos em praça pública.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> pode ter a certeza de que estarei com o meu compromisso, com o meu candidato, que é Ulysses Guimarães. Irei com ele e seu companheiro de chapa, Waldir Pires, seja para a vitória, seja para a derrota. Espero que seja para a vitória. Confio que ele chegue ao segundo turno. Faço votos para que o povo brasileiro tome a consciência de que Ulysses Guimarães seria uma garantia do futuro deste País. Como pessoalmente posso elogiar o candidato de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pelo respeito que ele me merece, e, se estivéssemos juntos, no mesmo Partido, talvez, hoje, a situação fosse diferente.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Nobre Senador V. Ex<sup>a</sup> está inteiramente certo, no meu modo de ver, quando diz que a economia nacional não vai nem pode ir bem. A economia nacional vai mal, porque a economia de qualquer país que acuse um índice inflacionário de 30% ao mês não pode inspirar confiança nem levar tranqüilidade a ninguém. Pode ir muito bem essa economia para um pequeno e reduzidíssimo número de pessoas, justa-

mente para aqueles que lucram em função do próprio processo inflacionário. Mas para os assalariados, sobretudo para aqueles que ganham o salário mínimo, receber o salário, o vencimento ou a remuneração no mês seguinte, às vezes no meado do mês, é receber já aquele salário inteiramente corroído. O salário que valia 100%, um salário modesto, pago no fim do mês já estará valendo 30% menos; pago no dia 15 do mês subsequente, a queda do valor aquisitivo é maior ainda. Para os assalariados, para os que ganham até dez salários mínimos e, de modo especialíssimo, para os que percebem um salário mínimo, a situação no País é insustentável, e esses constituem a grande maioria. Agora, esperamos que o Presidente da República, com esses pacotes anunciados e alguns já recebidos no Congresso, se lembre de punir severamente a especulação imobiliária e a financeira, com impostos, mas com impostos justos, reais, e que se lembre também de pôr em prática uma tese do velho economista e financista que todos admiramos e de quem eu fui Colega na antiga Câmara dos Deputados, Aliomar Baleeiro. Que venha a legislação, estabelecendo uma forte tributação sobre as grandes fortunas. Nobre Senador Jutahy Magalhães, estou abusando da generosidade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — V. Ex<sup>a</sup> poderá dispor do tempo que desejar.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Obrigado. V. Ex<sup>a</sup> é o mesmo homem de princípios corretíssimos, de uma vida a toda prova de honestidade, de seriedade e explica justamente a sua posição política altamente tolerante. Posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fomos colegas no PMDB. Foi para mim uma grande honra ter sido correligionário de homens públicos como V. Ex<sup>a</sup>. Se hoje estamos em Partidos diferentes, continuamos, entretanto, preocupados, e cada um, dentro do seu Partido, faz o possível para que este País venha a ter dias melhores. V. Ex<sup>a</sup> continua um homem admirado nesta Casa e fora dela, pelo seu alto espírito público e pelas suas atitudes corajosas e coerentes.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Agradeço as referências à minha pessoa, decorrentes das ligações de amizade que hoje nos une, mas gostaria de dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando fala a respeito da economia.

Sabemos que a economia vai bem, quando a concentração de rendas não existe decorrente da ação da economia nacional, da política econômica do Governo. No Brasil, infelizmente, dá-se o contrário. Temos, cada vez mais, uma concentração maior de renda em mãos de uns poucos. A mesma coisa é dizermos que a política fundiária vai bem, quando vemos que, num País, onde se fala muito em reforma agrária, a concentração da propriedade, a cada dia, vai sendo aumentada em mãos de uns poucos, de um menor número de proprietários. Trata-se do inverso daquilo que se deseja com a política de reforma agrária que se faz necessária neste País.

No entanto, somos um País diferente; somos um País abençoado, porque estamos sa-



tisfeitos, porque estamos conseguindo manter o nível da inflação em 30%. Isso ser motivo de satisfação para um País, veja V. Ex<sup>a</sup> que somos diferentes! Em qualquer país do Mundo, uma inflação de 30% seria inaceitável, inadmissível. Aqui, não. No Brasil, conseguimos considerar uma grande vitória manter a inflação no patamar de 30%. Se passar para 40%, ficaremos satisfeitos também. Dirão que estamos fugindo da hiperinflação. Trinta, quarenta por cento, em qualquer outro país, seria sinal de hiperinflação, mas no Brasil não, é diferente.

Como eu ia dizendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos marchando para uma eleição, que esperamos signifique algo para este País, uma mudança de métodos, um trabalho pela modernidade desta Nação, e que não seja repetição dos erros do passado.

Considero que estamos com dificuldades, vamos tentar superá-las, mas, acima de tudo, vamos trabalhar pela consolidação da democracia no País, não permitindo que se criem dificuldades para o futuro. Vamos, aqui, no Congresso, assumir nossas responsabilidades, olhando para o futuro do País, e vamos votar as leis pensando sempre no interesse nacional. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Com o discurso do nobre Senador Jutahy Magalhães, que nos dá o exemplo de assiduidade e permanência no plenário, encerramos a lista de oradores inscritos para hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Na sessão anterior foi lido o requerimento nº 422, de 1989, de autoria do Senador Enéas Faria, de licença para tratar de interesses particulares por 124 dias a partir de 19 do corrente, e que não foi votado, naquela oportunidade, por falta de *quorum*. Uma vez que na presente sessão também se verifica a ausência de número para votação da proposição, a presidência, não havendo objeção do plenário, defere a solicitação, retroagindo seus efeitos ao dia 19 do corrente. (Pausa)

Fica concedida a licença solicitada. A presidência tomará as devidas providências para convocação do Suplente.

#### O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A Presidência designa para a sessão ordinária de terça-feira próxima, dia 22, a seguinte

### ORDEM DO DIA

#### 1

Discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição nº 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governos de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, tendo

PARECER, sob nº 145, de 1989,

— da Comissão Temporária, favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria,

com voto vencido dos Senadores Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa.

#### 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 1989, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 10 de novembro de 1972, nas partes referentes à Secretaria de Documentação e Informação, tendo

PARECER, sob nº 142, de 1989

— da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela constitucionalidade e juridicidade.

#### 3

#### MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1984 (nº 126/79, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### 4

#### MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1988, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que assegura um dia de folga por mês aos Presidentes de Associações de Classe, para tratar de interesse da entidade, remunerando-se a falta.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. POMPEU DE SOUSA NA SESSÃO DE 17-8-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. POMPEU DE SOUSA (PSDB —

DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderia eu deixar de vir a esta tribuna — onde ultimamente tenho comparecido muito pouco, em função das minhas atribuições na Mesa — por um acontecimento que muito me comoveu, como, de modo geral, comoveu profundamente toda uma comunidade: refiro-me à comunidade universitária da Universidade de Brasília.

A mim, particularmente, foi um episódio altamente comovente, porque, fundador daquela Universidade, professor universitário há mais de 41 anos, e da UnB fundador há mais de 28, lá estive e vi praticamente, se não a totalidade, pelo menos a generalidade dos que compõem aquela comunidade: professores, estudantes... Aliás, gostaria de começar pelos estudantes, porque as universidades, como todas as escolas de quaisquer níveis, são feitas para os estudantes, e o estudante é mais importante, é a figura mais importante de qualquer universidade como qualquer escola, do

que o seus dirigentes e os seus professores, porque é a eles que devemos servir.

Então, digo: estudantes, professores, funcionários da Universidade de Brasília, reuniram-se em frente ao pátio da Reitoria, do prédio da Reitoria, aquele pátio fronteiro ao prédio da Reitoria, aliás, muito pitoresco, como todo o *campus* da nossa gloriosa UnB, para realizar uma cerimônia simbólica da mais alta significação. Lá fomos nós e essa foi a razão, inclusive, do meu não comparecimento, ontem, à sessão, porque ali permaneci cerca de 4 horas, à tarde e princípio da noite reunimo-nos todos nós para o ato simbólico de empossar o novo Reitor. Reitor cujo mandato deveria iniciar-se ontem e que, entretanto, não pôde ser legalmente empossado, porque o arbítrio do Poder, escondendo-se sob pretextos burocráticos, recusa-se conceder o ato de naturalização do Professor Antonio Ibañes, que no Brasil mora há quase trinta anos e de tal maneira se sente brasileiro que se esqueceu de naturalizar-se — é professor da Universidade há muitos anos — eu não sei exatamente o número, mas foi depois que eu saí, evidentemente, depois que eu fui demitido de lá, — tem filhos brasileiros, todos brasileiros, e uma pessoa provavelmente muito compenetrada da noção, senão da noção, pelo menos do sentimento de que a cultura é universal, esqueceu-se de naturalizar-se. E, quando eleito pela comunidade universitária, por todos três componentes daquela comunidade porque nós implantamos, na Universidade de Brasília, um sistema de escolha dos reitores por eleição, eleição direta dos estudantes, dos professores e dos funcionários, e o primeiro a ser eleito foi justamente o Reitor cujo mandato terminava ontem, o Reitor Christóvam Buarque — dizia eu e entrei por um longo parêntese ou por um longo travessão; às vezes, faço isso nos meus discursos e nos meus escritos —, dizia eu que lá nos reunimos para esse ato simbólico, da maior importância, que era comemorar a transmissão do cargo do primeiro para o segundo Reitor eleito pela comunidade universitária.

Foi um ato altamente comovente, porque a ADUnB (Associação dos Docentes da Universidade de Brasília), que é um órgão local da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), promoveu esse ato com um sentido de grandeza que a todos comoveu profundamente.

Foram trazidos para diante da comunidade de todas as épocas da universidade sobretudo da comunidade mais recente, dos estudantes que lá estão, foram trazidos os testemunhos daqueles que vêm, desde a criação da universidade, dedicando toda a sua vida àquela Casa do saber, da cultura e da formação de quadros altamente qualificados para este País.

Faltou, em primeiro lugar, um funcionário administrativo, modesto, que deu comovente depoimento sobre isso; a primeira bibliotecária, que foi mais comovente ou tão comovente quanto o funcionário administrativo. E depois, eu próprio falei como o único Professor fundador daquela Universidade. Fundador, como

é do conhecimento dos que têm ciência da vida pública e, sobretudo, da vida cultural deste País, e banido pelo golpe militar, pelo obscurantismo do regime autoritário — porque, digo, novamente entre travessões, o obscurantismo é inseparável do regime autoritário e um se alimenta do outro —, Professor, fundador daquela Universidade, para a qual vim de uma cátedra da então Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, com vários outros Companheiros que para cá vieram, criar uma autêntica universidade, renovadora em todos os sentidos, coube-me, pois, contar às gerações atuais a saga daquela Universidade.

Depois disto, tendo comparecido outros Parlamentares, notadamente — e eu quero citar nominalmente os que lá estiveram — o nosso Colega Senador Maurício Correa, os Deputados Sigmaringa Seixas, Augusto Carvalho e José Genoíno — foi, então, dada a palavra, para falar pelos Parlamentares, ao Senador Maurício Correa, de vez que eu já falara, pelos fundadores da Casa.

Então, após várias outras atividades em que a comunidade participou intensamente, nós três — o Reitor com o mandato expirante; o admirável Professor, o admirável Reitor, o admirável dirigente universitário, que é Cristóvam Buarque, que restaurou, no período que se seguiu ao obscurantismo do autoritarismo, a tradição renovadora daquela Universidade, a tradição de uma autêntica casa de cultura, que é aquela Universidade — e o Reitor cujo mandato se iniciou ontem e que passamos a considerar empossado pela comunidade, na expectativa de que as autoridades deste País tenham o mínimo de respeito com a cultura — falou, finalmente, esse Reitor que ontem empossamos, o Professor Antonio Ibañez; após o que, culminando nesses acontecimentos — tendo sido moldado em pedra um monumento para testemunhar, pelos tempos afora, aquele acontecimento excepcional que era a transmissão da Reitoria, do primeiro reitor eleito para o segundo Reitor eleito —, nós três, o Reitor Cristóvam Buarque, o Reitor Antonio Ibañez e este Senador, mas, na verdade, lá professor-fundador, acendemos uma pira votiva, que ficará acesa até o dia em que Antonio Ibañez tome posse, de fato, do cargo para o qual foi escolhido, está escolhido definitivamente, ninguém se iluda.

Isso Sr. Presidente e Srs. Senadores, constitui uma ato da mais alta significação, porque aquela Universidade, que foi fundada sob uma ideologia universitária — prestem bem atenção: não é uma ideologia política, é uma ideologia universitária, uma ideologia da inteligência que tem como lema o princípio das duas lealdades fundamentais —, significa, aquela Universidade, um ponto de aglutinação da cultura deste País, da criação intelectual neste País, da formação dos quadros mais qualificados deste País e, ao mesmo tempo, da renovação do saber neste País. Porque ela acredita, acima de tudo, que o saber se renova a cada dia; se o saber de hoje já não é algo além do saber de ontem, já começou, então, a ser

o saber de anteontem; e o saber de amanhã já terá que ser renovado, porque a cada dia a especulação científica, a investigação e a pesquisa renovam o saber. Por isso, fundamos aquela Universidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sob o lema das duas lealdades fundamentais, princípio das duas lealdades fundamentais, princípio esse que se exprime com as seguintes palavras: "lealdade aos padrões internacionais do saber e à busca de solução dos problemas nacionais"; porque, o que nós pretendemos é esse trabalho de pesquisar e vár, permanentemente, o saber no mais alto nível. Mas para quê? Para um simples deleite nosso? Não, Sr. Presidente e Srs. Senadores! Para servir a este País, para aplicar esse saber em benefício da solução dos problemas nacionais.

Por isso, Sr. Presidente, é que este velho professor universitário — que de professor universitário tem, como já disse, mais de 41 anos, e de fundador da UnB mais de 28 anos —, este velho professor universitário se comoveu tanto e vem trazer aqui o seu comovido testemunho desse acontecimento histórico. Devo acentuar muito significativamente, Sr. Presidente, que, sendo um acontecimento apenas da cultura, foi também um acontecimento Político no mais alto sentido da palavra. Político com "P" grande, porque política é a arte do bem público, e a arte do bem público é a arte de preparar para as novas gerações este País, e preparar as novas gerações para este País.

Lá estiveram, acentuei eu além de mim, o Senador Maurício Correa, que pertence ao Partido Democrático Trabalhista, o Deputado Sigmaringa Seixas, meu companheiro de Partido da Social Democracia Brasileira, e o Deputado Augusto Carvalho, representante, na Câmara Federal, do Partido Comunista Brasileiro.

Como V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e V. Ex.<sup>as</sup>, Srs. Senadores, verificam, lá estávamos aqueles que, por uma mera polarização espontânea, sem que aquilo tivesse qualquer caráter partidário, os partidários das agremiações que hoje se empenham, que hoje lutam e lutarão sempre seguramente, lado a lado, para a renovação das estruturas deste País, para que este País deixe, tão cedo quanto possível, de ser um dos países mais injustos do Mundo com o seu povo; porque costume dizer e costume quase que todos os dias repetir aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que neste País os ricos são mais ricos do que os ricos dos países ricos, pelo menos proporcionalmente, e os pobres mais pobres do que os pobres dos países pobres, e, neste caso, não mais em termos proporcionais, mas em termos absolutos.

Sr. Presidente, ou reformulamos a realidade social deste País ou entraremos no caos e num beco sem saída. Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Companheiros deste Senado Federal, deste Senado da República, que tenham um pouco de compreensão para a emoção deste velho Professor, emoção nascida de muito amor a este País e, sobretudo, ao povo sofrido deste País, ao povo indefeso, ao povo

expoliado deste País; compreedam a emoção deste velho Professor, banido pela ditadura como primeiro de uma lista de 15 professores, cuja demissão provocou a demissão coletiva solidária de 235 professores, fato sem precedentes e sem conseqüentes na história deste País — o que mostra a nossa unidade a unidade criadora, a unidade renovadora, a unidade revolucionadora que este País precisa ter para atingir a sua verdadeira grandeza.

Muito obrigado! (Muito bem! Palmas)

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 205 DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011/297/89-1, resolve aposentar, voluntariamente, Cirene de Freitas Ferreira, Técnico Legislativo, classe "Especial", referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º, da Resolução SF nº 13, de 1985, artigo 2º, da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º, da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 18 de agosto de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

#### ATO DO SR. PRESIDENTE Nº 206, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.234/89-0, resolve aposentar, voluntariamente, Renato Medeiros, Técnico Legislativo, Classe "Especial", referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, artigo 3º, da Resolução SF nº 13, de 1985, artigo 2º, da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º, da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 18 de agosto de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 207, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de

1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.936/89-0

Resolve aposentar, voluntariamente, José Ribamar de Barros Nunes, Assessor Legislativo, do Quadro Permanente do Senado Federal, Parte Especial, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 433 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, art. 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e art. 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 22 de agosto de 1989.  
— Senador Nelson Carneiro, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 208, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.431/89-0

Resolve aposentar, voluntariamente, Pedro Helvécio Bomtempo, Técnico Legislativo, classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40 inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; art. 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e art. 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 22 de agosto de 1989.  
Senador Nelson Carneiro, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 209, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.219/89-0,

Resolve aposentar, voluntariamente, Eva de Souza Barrozo, Assistente de Plenários, classe "D", Referência NM-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 433 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; art. 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e art. 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 22 de agosto de 1989. —  
Senador Nelson Carneiro, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 210, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.795/89-8.

Resolve rescindir, a pedido, o contrato de trabalho do servidor José Vilar Ribeiro Dantas, Técnico em Legislação e Orçamento, Classe "B", Referência NS-21, contratado sob regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Senado Federal, 22 de agosto de 1989. —  
Senador Nelson Carneiro, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 211, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamen-

tar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.218/89-8.

Resolve aposentar, voluntariamente, Maria Terezinha Silva Lopes, Assistente Legislativo, classe "Especial", Referência NM-35, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 433 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; art. 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e art. 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 22 de agosto de 1989. —  
Senador Nelson Carneiro, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 212, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.303/89-1.

Resolve aposentar, voluntariamente, João Brasilício Roza, Adjunto Legislativo, classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea d, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 433 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; art. 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e art. 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 22 de agosto de 1989. —  
Senador Nelson Carneiro, Presidente.